

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Montes Claros, 28 de março de 2018 – A Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia possui investimentos em três controladas e duas coligadas como principais investimentos e ativos, a saber:

Controladas:

Springs Global Participações S.A., que por sua vez, é controladora da Coteminas S.A. e da Springs Global US, Inc., companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho. Em 2009, a SGPSA iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e em 2011 sob a marca Artex que comercializam produtos de cama, mesa e banho através da rede de varejos, administradas pela controlada AMMO Varejo Ltda.

Companhia Tecidos Santanense, tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

Tropical Agroparticipações S.A., tem por objeto social a participação em outras sociedades como acionista, quotista ou associada e, o comércio de produtos agrícolas. Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou aporte de capital nessa controlada com créditos constituídos pela compra da Fazenda Tropical.

Abaixo reproduzimos os comentários individuais das nossas controladas Springs Global Participações e Companhia de Tecidos Santanense.

Coligada:

Cantagalo General Grains S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais, exerce ainda, através de sua controlada CGG Trading S.A., atividade de trading de commodities agrícola e possui investimentos logísticos (terminais portuários) para a exportação de grãos.

Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, possui sede em Belo Horizonte - MG, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho.

Os resultados decorrentes dos investimentos nessas empresas não controladas pela Companhia, representaram um impacto positivo no resultado da Companhia de R\$25,1 milhões em 2017 (R\$101,8 milhões negativos em 2016), registrados como equivalência patrimonial, sem qualquer impacto no caixa da Companhia.

Relacionamento com Auditores Independentes

Em 2017, a Companhia não contratou nenhum outro serviço de auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Mercado de capitais e liquidez das ações

Durante o exercício de 2017, as ações ON e PN da Companhia foram negociadas em 2.196 transações na BOVESPA (em 2016, foram 1.195 transações). O volume negociado em 2017 foi de 1,9 milhões de ações, movimentando 10,7 milhões de reais (em 2016, foram negociadas 1,4 milhões de ações, movimentando 4,1 milhões de reais). A média diária de transações nos pregões, em 2017, foi de 7,7 mil ações preferenciais (5,5 mil em 2016), e o volume financeiro médio diário foi de R\$42,5 mil em 2017 (R\$15,5 mil em 2016).

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar agradecimentos à SUDENE, ao BNDES, ao BDMG, ao BNB, ao Banco do Brasil, à rede bancária comercial, à Imprensa, aos clientes e fornecedores, aos acionistas, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, aos colaboradores e a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a consecução dos objetivos sociais.

Relatório da controlada Springs Global Participações S.A. -

A Springs Global Participações S.A. (Springs Global) é a maior empresa das Américas em produtos de cama, mesa e banho, detentora de marcas tradicionais e líderes em seus segmentos de atuação no mercado, estrategicamente posicionadas de forma a atender eficientemente a clientes de diferentes perfis sócio econômicos.

No Brasil, as principais marcas da Springs Global são: Santista, Artex, MMartan e Casa Moisés. A primeira é comercializada apenas no atacado, as duas últimas são comercializadas somente no varejo monomarca, e a Artex atende os dois canais de distribuição. Na Argentina, possuímos as marcas Palette, Arco-Íris e Fantasia, que são líderes de mercado. A marca Springmaid é comercializada nos Estados Unidos da América (EUA) e no Canadá. Possuímos também as marcas Wabasso, Texmade e Springs Home, além de distribuímos produtos com a marca licenciada Serta. Nossas marcas possuem alta taxa de conhecimento entre consumidores e especialistas, sendo referência de qualidade no setor.

A produção da Springs Global é verticalmente integrada, desde a fiação, passando pela tecelagem, preparação, tinturaria, estamparia, acabamento e confecção, com nove plantas no Brasil, três nos EUA e uma na Argentina. Todas possuem alto grau de automatização e flexibilidade.

Os produtos comercializados pela Springs Global no atacado são classificados como: (a) cama, mesa e banho (CAMEBA), (b) utility bedding e (c) produtos intermediários. A linha de CAMEBA, responsável por 45% da receita em 2017, inclui lençóis e fronhas avulsos, jogos de lençóis, toalhas de mesa, toalhas de banho, tapetes e acessórios para o banheiro. A linha de utility bedding, responsável por 30% da receita em 2017, inclui travesseiros, protetores de colchão e colchas. Produtos intermediários, responsáveis por 13% da receita

em 2017, são fios e tecidos, no seu estado natural ou tintos e estampados, vendidos para pequenas e médias confecções, malharias e tecelagens.

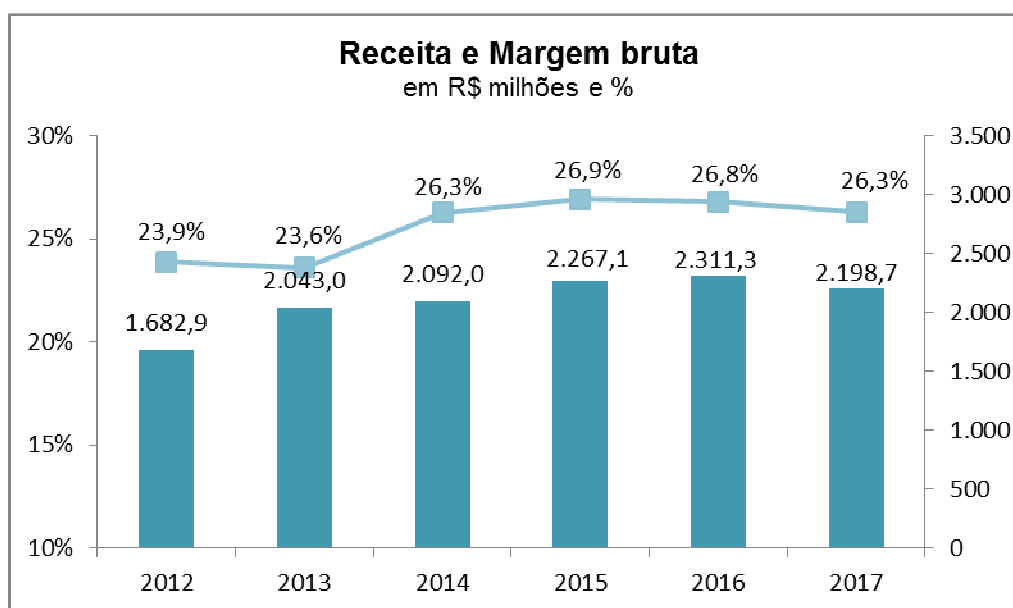
A Companhia distribui seus produtos através dos canais de atacado, em todos os seus mercados de atuação, e no varejo monomarca, no Brasil. As receitas do Varejo contribuíram com 11% da receita total de 2017.

Desempenho financeiro¹

A Springs Global apresentou, no ano de 2017, receita líquida consolidada de R\$2.198,7 milhões, 4,9% inferior à de 2016, com margem bruta de 26,3%.

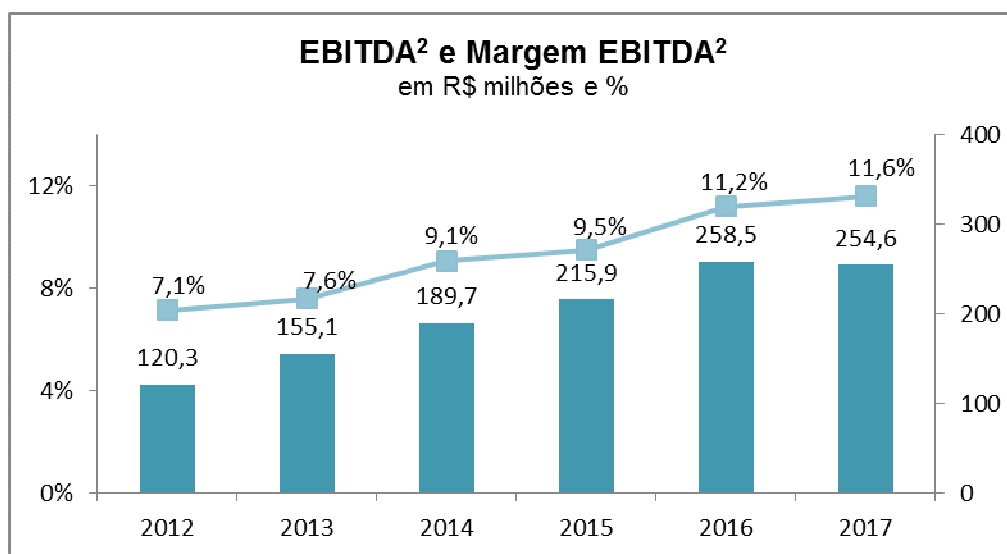
A geração de caixa, medida pelo EBITDA, alcançou R\$ 254,6 milhões, em linha com o valor recorrente registrado em 2016². A margem EBITDA foi de 11,6%, em 2017, ante 11,2% em 2016².

O resultado operacional somou R\$ 180,9 milhões, igual ao valor recorrente obtido em 2016². O lucro líquido totalizou R\$ 21,6 milhões.



¹ As informações financeiras e operacionais contidas neste press release, exceto quando de outra forma indicado, estão em Reais e consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS).

² Excluindo os resultados não recorrentes de R\$ 7,2 milhões em 2016 e provisão para desvalorização de ativos de R\$ 19,1 milhões em 2016.

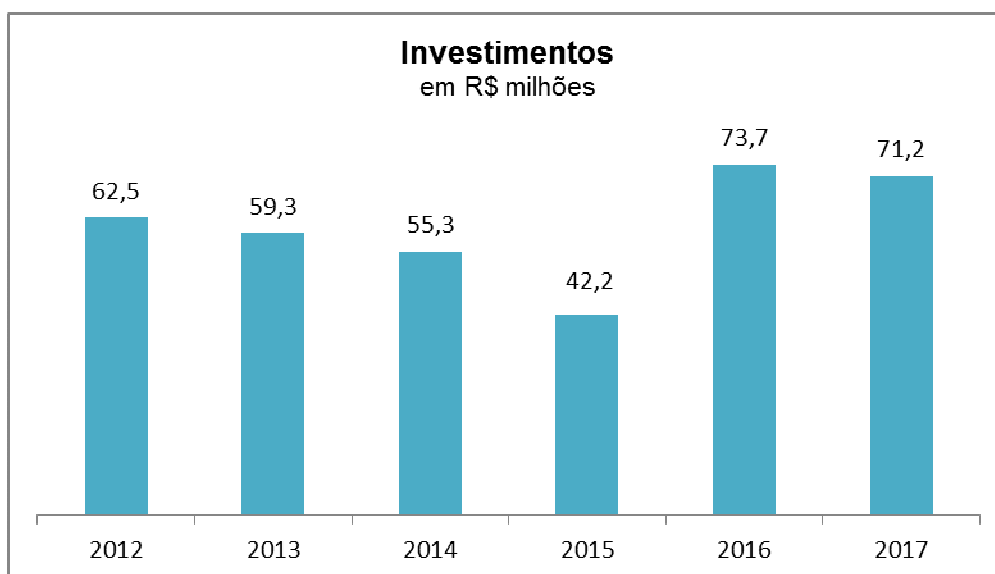


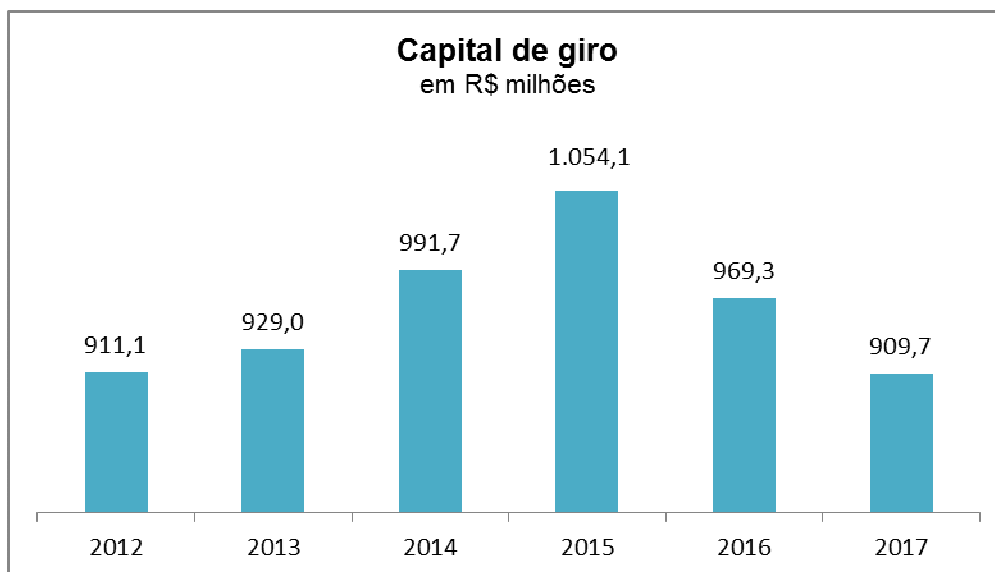
Investimentos e capital de giro

Os investimentos de capital somaram R\$ 71,2 milhões em 2017, destinados, principalmente, à melhoria operacional.

Em 2017, investimos R\$ 3,1 milhões na controlada C7S Tecnologia, criada com objetivo de desenvolver e fazer a gestão do sistema de vendas pela internet diretamente ao consumidor, cujas atividades tiveram início em fevereiro de 2018.

As necessidades de capital de giro somaram R\$ 909,7 milhões no final de 2017.



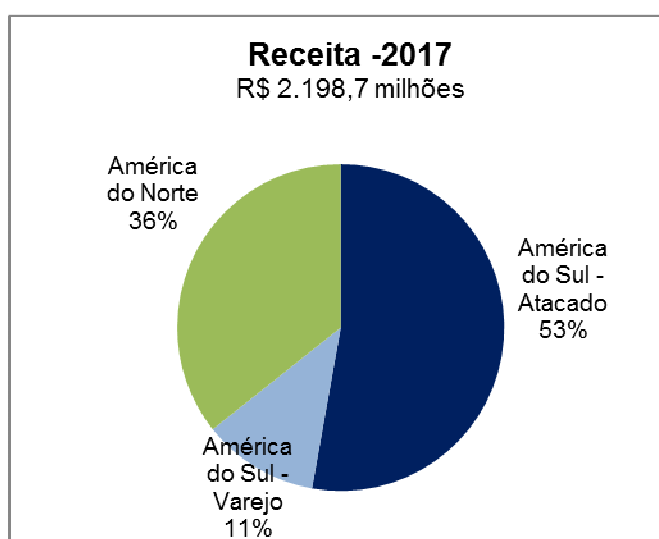


Dívida e indicadores de endividamento

A dívida líquida da Springs Global era de R\$ 821,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, sendo 67% denominado em reais e 33% em dólares. Terminamos o ano com alavancagem, medida pela relação dívida líquida/EBITDA, de 3,2x.

Desempenho por segmento de negócio

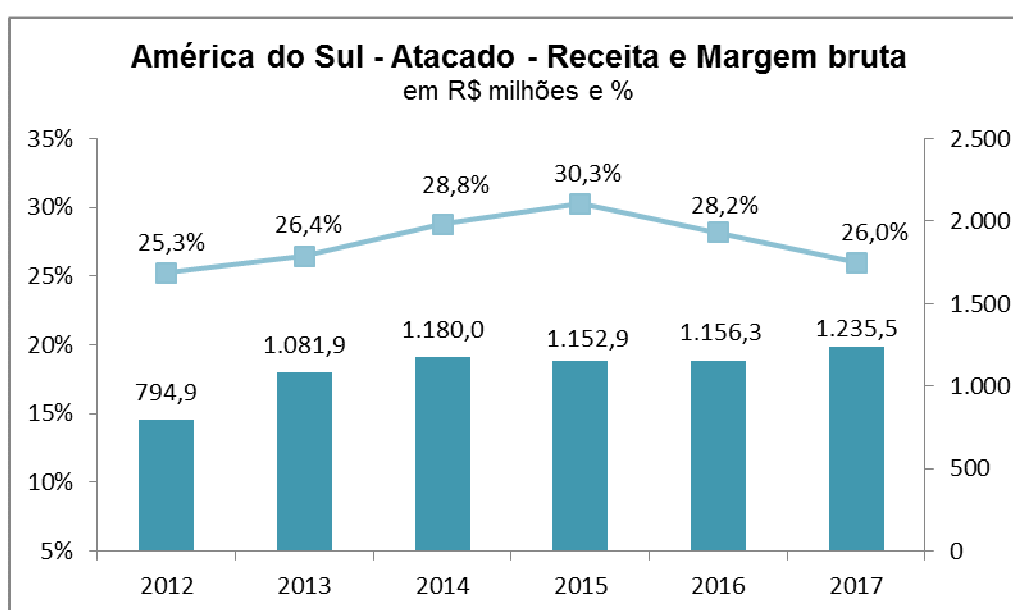
A Springs Global apresenta seus resultados segregados nos seguintes segmentos de negócio: (a) América do Sul - Atacado, (b) América do Sul - Varejo, e (c) América do Norte - Atacado.



América do Sul – Atacado

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Atacado alcançou R\$ 1.235,5 milhões em 2017, sendo 6,8% superior à de 2016, impactada principalmente pela ampliação de vendas de intermediários. O lucro bruto totalizou R\$ 321,6 milhões, estável entre anos, sendo a margem bruta igual a 26,0%.

O EBITDA somou R\$ 180,2 milhões, em linha com valor obtido em 2016. A margem EBITDA foi de 14,6%, ante 15,7% em 2016.

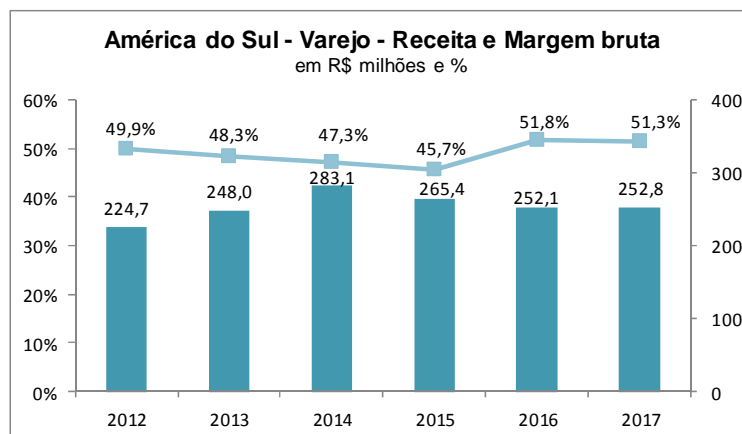
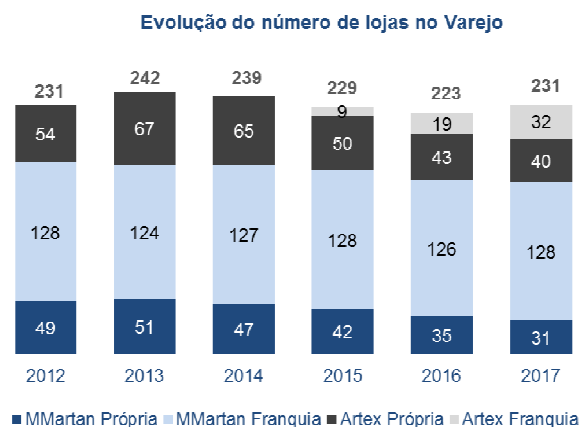


América do Sul – Varejo

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Varejo atingiu R\$ 252,8 milhões em 2017, em linha com a registrada em 2016.

No final de 2017 tínhamos 231 lojas, das quais 71 próprias e 160 franquias, ante 223 no final de 2016. A receita sell-out foi de R\$ 485,6 milhões em 2017, 6,7% superior à de 2016.

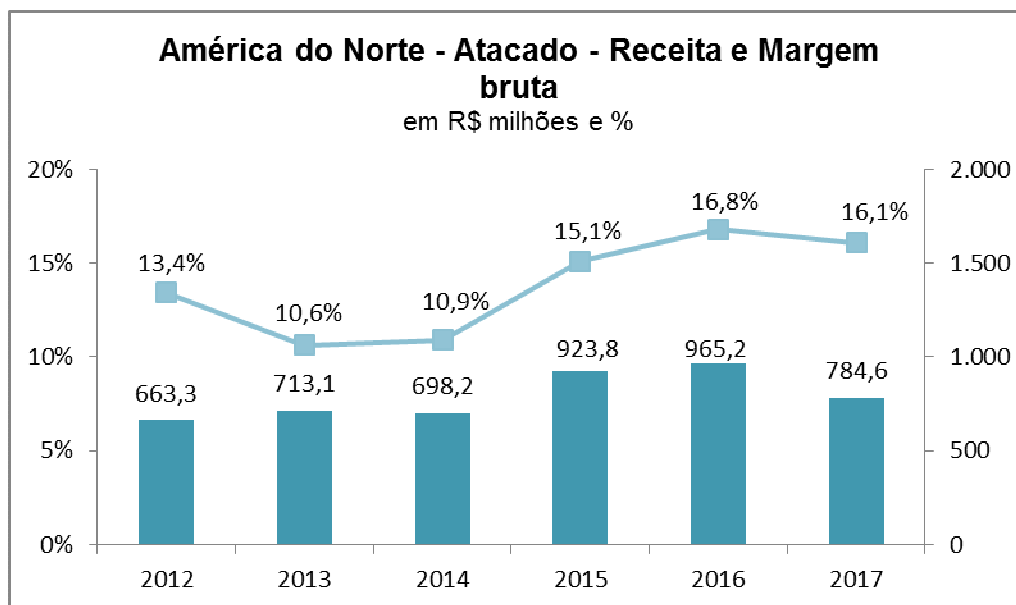
O lucro bruto somou R\$ 129,6 milhões, com margem bruta de 51,3%. O EBITDA foi de R\$ 5,0 milhões em 2017, contra R\$ 1,4 milhão negativo em 2016.



América do Norte – Atacado

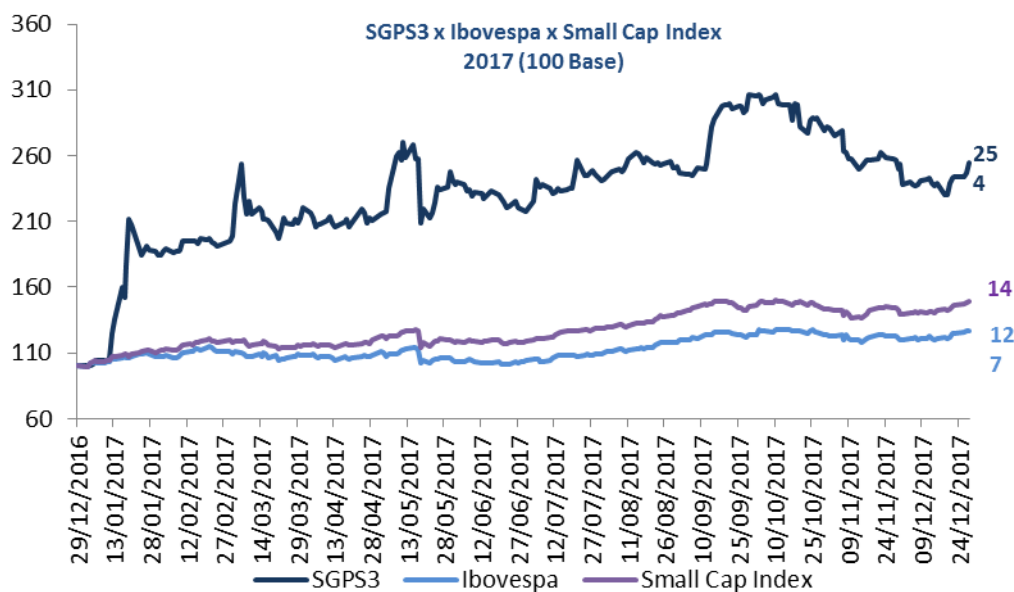
A receita líquida do segmento de negócio América do Norte - Atacado alcançou R\$ 784,6 milhões em 2017, com redução de 18,7% em relação à de 2016, sendo negativamente impactada pela valorização do Real em relação ao dólar e pela alteração de política de reposição e de disposição de produtos de cliente relevante, que comprometeu o nível de venda dos produtos de nossa categoria. O lucro bruto somou R\$ 126,4 milhões, com retração de 22,1%, e a margem bruta reduziu de 16,8% em 2016, para 16,1% em 2017.

O EBITDA somou R\$ 73,7 milhões, com redução de 9,9%², em relação a 2016. A margem EBITDA foi de 9,4%, ante 8,5% em 2016².



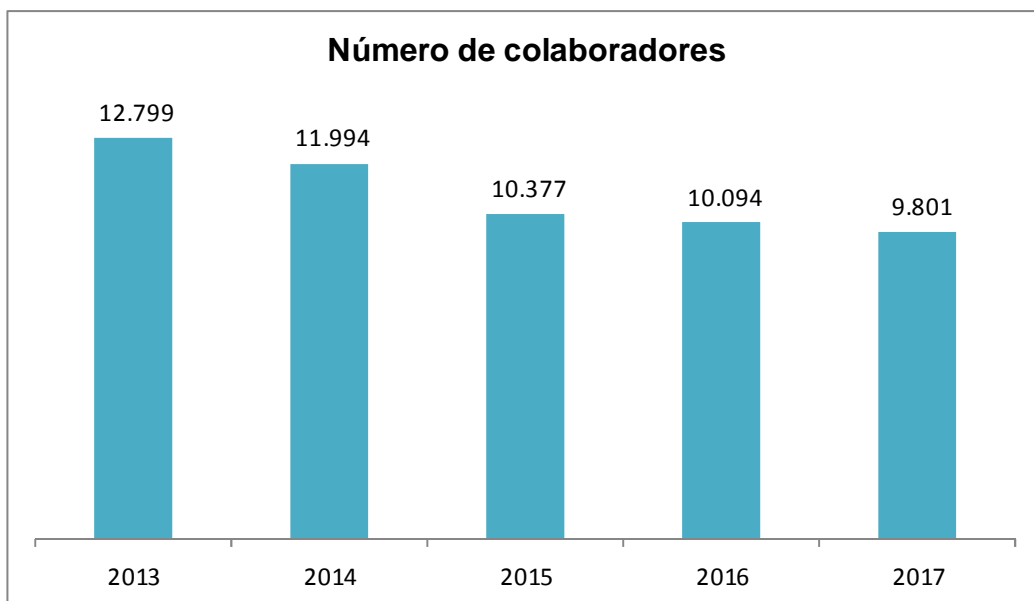
Geração de valor ao acionista

O preço de fechamento da ação da Springs Global, negociada na B3 sob o código SGPS3, foi igual a R\$10,49, com valorização de 154,4% em relação ao preço de fechamento do ano de 2016, enquanto os índices IBOVESPA e Small Cap tiveram valorização de 26,9% e 49,4%, respectivamente, no mesmo período.



Recursos Humanos

No final de 2017, tínhamos 9.801 colaboradores diretos, dos quais 8.179 no Brasil e 1.622 no exterior, ante 10.094 no final de 2016.



Prêmios e Reconhecimentos

A empresa recebeu diversos reconhecimentos ao longo do exercício de 2017 entre os quais: Prêmio Reclame Aqui - 1º, 2º e 3º lugares no Prêmio Reclame Aqui 2017 na categoria Cama, Mesa e Banho, sendo representada pelas marcas Santista, MMartan e Artex, respectivamente; Prêmio Melhores Empresas para Você Trabalhar - Colocada entre as 150 melhores Empresas para Você Trabalhar do guia Você S/A; Prêmio Top of Mind Casa e Mercado; Selo de Excelência em Franchising da ABF Prêmio Ser Humano, nível nacional, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos e Prêmio IEL de Estágio/RN - empresa destaque, nível regional; Mérito Ambiental Professor Ivo Chagas, categoria indústria, promovido pelo CODEMA - Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente; Prêmio Oscar Alvear Urrutia, interamericano, FIDAGH, Federação Latino-americana de RH; e Menção Honrosa a Parceria celebrada entre a Coteminas e a UFCG, Universidade Federal de Campina Grande, PB.

Estrutura acionária

No início e no final de 2017, o capital social votante e total da Springs Global era constituído de 50.000.000 ações ordinárias, sendo o free float igual a 46,8%.

Perspectiva de negócios

A Springs Global mantém sua estratégia de consolidar sua posição de liderança no mercado de cama, mesa e banho, e de expansão de vendas nos canais multimarca, monomarca, priorizando franquias, e digital, via e-commerce. Em

2017, aprimoramos o website da MMartan, lançamos o aplicativo da MMartan e o website da Artex. Em 2018, iniciamos a operação de franquia digital, que permitirá o melhor atendimento aos clientes com menor custo, pois as vendas do e-commerce serão atendidas pelos franqueados mais próximos, que tenham os produtos em estoque. Este novo modelo de omni channel permitirá concomitantemente maiores vendas para nossos franqueados e maior satisfação de nossos clientes.

Buscaremos a melhoria de rentabilidade dos nossos negócios, através de maior utilização de capacidade de nossas fábricas no Brasil, resultando em maior absorção de custos fixos, principalmente por crescimento (a) das vendas através do e-commerce; (b) das vendas no segmento de decoração têxtil; e (c) do número de franquias. Ademais, a recuperação da economia, no Brasil, alavancará o crescimento de vendas de itens discricionários, como os nossos produtos, que podem ter a decisão de compra postergada durante um período recessivo.

Relatório da controlada Companhia Tecidos Santanense

Senhores Acionistas,

Submetemos à sua apreciação as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, juntamente com o relatório dos Auditores Independentes.

A Santanense faturou R\$507,1 milhões no exercício de 2017. O quadro abaixo destaca os principais resultados em 2017 e 2016.

Destaques Financeiros Consolidados	R\$ mil		Variação %
	2017	2016	
Receita bruta	507.114	474.363	6,9
Receita líquida	418.543	376.607	11,1
Custo dos produtos vendidos	(326.347)	(315.061)	3,6
Lucro bruto	92.196	61.546	49,8
(% sobre vendas líquidas)	22,0%	16,3%	
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(56.576)	(53.653)	5,4
EBITDA	47.804	16.492	189,9

Receita líquida

A receita líquida de vendas em 2017 atingiu R\$418,5 milhões. As vendas líquidas da Santanense cresceram 11,1% no ano, devido à manutenção dos volumes vendidos e a melhora do mix dos produtos vendidos.

Custo dos produtos vendidos

A Santanense apresentou margem bruta de 22,0% em 2017 e 16,3% em 2016. O esforço de redução em alguns custos de conversão, o aprimoramento da linha de produtos e a adequação das capacidades de produção permitiram a Companhia recuperar parcialmente as margens.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas fixas apresentaram um crescimento inferior à inflação do exercício. As despesas variáveis de venda evoluíram em linha com o crescimento de vendas.

Resultado operacional

O resultado operacional foi de R\$36,4 milhões em 2017, enquanto que em 2016 foi de R\$5,0 milhões. A evolução do resultado operacional decorre da conjunção da melhora do mix de vendas e ajustes nos custos de conversão, ambos explicados acima.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido em 2017 foi uma despesa de R\$15,1 milhões, enquanto que em 2016 foi uma despesa de R\$10,2 milhões. A variação cambial dos empréstimos denominados em dólares, líquidos dos recebíveis decorrentes das exportações, reduziram as despesas financeiras da Companhia, por conta da desvalorização cambial da ordem de 16,5% em 2016.

Resultado financeiro	R\$ milhões	
	2017	2016
Juros e encargos financeiros	(22,4)	(17,0)
Despesas bancárias, descontos	(3,3)	(2,6)
Receitas financeiras	10,5	4,4
Variações cambiais, líquidas	0,1	5,0
Resultado financeiro	(15,1)	(10,2)

Capital circulante líquido

O capital circulante líquido passou de R\$48,3 milhões em 2016 para R\$29,1 milhões em 2017. O coeficiente de liquidez corrente em 2017 foi de 1,16, ou seja, para cada R\$1,00 devido de curto prazo, a Santanense possuía R\$1,16 em recursos de curto prazo.

Relacionamento com auditores independentes

Em 2017, a Santanense não contratou outros serviços dos auditores independentes que não os relacionados aos trabalhos de auditoria.

Agradecimentos

Cumpre-nos apresentar nossos agradecimentos à SUDENE, ao BNDES, ao BDMG, ao BNB, ao Banco do Brasil, à rede bancária comercial, à imprensa, aos clientes e fornecedores, aos acionistas, às excelentíssimas autoridades, às entidades de classe, aos colaboradores e a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a consecução dos objetivos sociais.

* * * * *

***Companhia de Tecidos
Norte de Minas - COTEMINAS***

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS
Montes Claros - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS** (“Companhia”), identificadas como, controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Componentes relevantes na rubrica de investimentos nas demonstrações contábeis individuais e no processo de consolidação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS emitidas pelo IASB e algumas controladas significativas e relevantes neste processo são auditadas por outros auditores independentes. Vide nota explicativa nº 9.

Resposta da auditoria ao assunto.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram comunicação com os auditores dos componentes com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e época dos trabalhos.

Emitimos instruções de auditoria e revisamos os papéis de trabalho, bem como discutimos os resultados alcançados.

Em relação aos principais assuntos de auditoria identificados, discutimos com os auditores dos componentes e avaliamos os impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes na contabilização do investimento e no processo de consolidação efetuados pela Administração da Companhia, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2018.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	405	286	172.016	183.420
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	62.634	44.431
Duplicatas a receber	5	-	-	591.176	592.389
Estoques	6	-	-	625.970	631.015
Adiantamentos a fornecedores		154	148	39.868	41.012
Impostos a recuperar	20.d	2.232	2.672	35.485	39.313
Imóveis destinados à venda		-	-	1.259	1.245
Outros créditos a receber		378	252	36.717	42.616
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		3.169	3.358	1.565.125	1.575.441
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	63.819	62.057
Valores a receber – clientes	7	-	-	37.388	24.288
Valores a receber – venda de imobilizado	8	-	-	54.587	54.880
Impostos a recuperar	20.d	13.617	13.613	48.258	40.693
Impostos diferidos	20.c	-	4.353	113.174	139.634
Partes relacionadas	19	179.746	136.590	119.779	88.856
Imobilizado disponível para venda	11.b	-	-	33.731	49.235
Depósitos judiciais	21	20.481	25.202	42.547	52.776
Outros créditos e valores a receber		2.060	2.061	18.527	13.770
		-----	-----	-----	-----
		215.904	181.819	531.810	526.189
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	9.a	925.040	688.251	-	-
Investimentos em coligadas	9.a	43.040	17.896	43.040	17.896
Propriedades para investimento	10	79.351	193.928	465.653	193.928
Outros investimentos		3.090	3.088	4.827	8.125
Imobilizado	11.a	6.639	6.813	814.223	901.300
Intangível	12	2	2	114.805	115.987
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		1.273.066	1.091.797	1.974.358	1.763.425
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		1.276.235	1.095.155	3.539.483	3.338.866
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	113.758	107.611	706.598	626.086
Debêntures	14	-	-	11.952	134.993
Fornecedores	15	124	58	182.994	154.583
Obrigações sociais e trabalhistas		788	814	71.770	63.896
Impostos e taxas		567	-	14.871	15.081
Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.379	1.954
Concessões governamentais	16	-	-	19.473	17.617
Arrendamentos não recuperáveis	17	-	-	7.202	6.304
Compra de imóvel para investimento	10	28.547	34.296	28.547	34.296
Outras contas a pagar		9.716	12.174	52.217	66.071
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		153.500	154.953	1.097.003	1.120.881
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	19.848	-	658.704	608.041
Debêntures	14	-	-	36.643	-
Concessões governamentais	16	-	-	42.784	48.744
Arrendamentos não recuperáveis	17	-	-	13.816	15.463
Partes relacionadas	19	200.801	113.250	2.072	1.632
Compra de imóvel para investimento	10	36.808	64.042	36.808	64.042
Impostos diferidos	20.c	6.359	3.801	21.537	8.737
Provisões diversas	21	14.023	12.518	39.365	40.988
Planos de aposentadoria e benefícios	22	-	-	95.536	106.010
Outras obrigações		18.958	26.375	13.219	10.702
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		296.797	219.986	960.484	904.359
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
Capital realizado	18	882.236	882.236	882.236	882.236
Reserva de capital		209.701	209.701	209.701	209.701
Ajuste acumulado de conversão		(111.688)	(110.237)	(111.688)	(110.237)
Ajustes de avaliação patrimonial		62.000	2.374	62.000	2.374
Prejuízos acumulados		(216.311)	(263.858)	(216.311)	(263.858)
		-----	-----	-----	-----
Total da participação dos acionistas controladores		825.938	720.216	825.938	720.216
		-----	-----	-----	-----
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES					
	9.b	-	-	656.058	593.410
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		825.938	720.216	1.481.996	1.313.626
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.276.235	1.095.155	3.539.483	3.338.866
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	-	-	2.577.728	2.658.850
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	25	-	-	(1.907.973)	(1.978.334)
LUCRO BRUTO		-	-	669.755	680.516
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	25	-	-	(306.200)	(312.722)
Gerais e administrativas	25	(10.563)	(12.282)	(164.310)	(169.218)
Honorários da administração	25	(1.679)	(2.191)	(15.249)	(14.497)
Equivalência patrimonial - controladas	9.a	35.055	(13.160)	-	-
Variação do valor justo de propriedades para investimentos	10	29.041	-	46.884	-
Outras, líquidas		(5.094)	(243)	15.417	(8.910)
		46.760	(27.876)	246.297	175.169
Equivalência patrimonial - coligadas	9.a	25.142	(98.420)	25.142	(101.835)
Provisão para desvalorização de ativos		-	-	-	(19.140)
RESULTADO OPERACIONAL		71.902	(126.296)	271.439	54.194
Despesas financeiras - juros e encargos		(32.763)	(22.261)	(178.820)	(202.631)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(5.966)	(3.791)	(59.291)	(56.071)
Receitas financeiras		22.816	27.343	33.042	34.509
Variações cambiais, líquidas		730	(15.818)	(8.857)	(34.726)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		56.719	(140.823)	57.513	(204.725)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	20.b	-	-	(4.892)	1.867
Diferido	20.b	(6.911)	-	16.424	58.383
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		49.808	(140.823)	69.045	(144.475)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				49.808	(140.823)
Participação dos acionistas não-controladores	9.b			19.237	(3.652)
				69.045	(144.475)
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	27	1,6258	(4,5966)		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.808	(140.823)	69.045	(144.475)
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que irão impactar o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.451)	(8.946)	(2.917)	(21.023)
	-----	-----	-----	-----
	(1.451)	(8.946)	(2.917)	(21.023)
- Itens que não irão impactar o resultado:				
Ganho (perda) atuarial em planos de aposentadoria	4.539	(1.685)	8.579	(3.184)
Avaliação inicial de propriedades para investimentos	58.482	-	110.520	-
	-----	-----	-----	-----
	63.021	(1.685)	119.099	(3.184)
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	111.378	(151.454)	185.227	(168.682)
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores			111.378	(151.454)
Participação dos acionistas não-controladores			73.849	(17.228)
			-----	-----
			185.227	(168.682)
			=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de capital Incentivos fiscais	Ajuste acumulado de conversão	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	882.236	209.701	(101.291)	4.563	(117.335)	877.874	621.778	1.499.652
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	-	(504)	504	-	-	-
Resultado abrangente:								
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(140.823)	(140.823)	(3.652)	(144.475)
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	(1.734)	-	-	(1.734)	-	(1.734)
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	(7.212)	-	-	(7.212)	(12.077)	(19.289)
Perda atuarial em planos de aposentadoria	-	-	-	(1.685)	-	(1.685)	(1.499)	(3.184)
Total do resultado abrangente	-	-	(8.946)	(1.685)	(140.823)	(151.454)	(17.228)	(168.682)
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Transações com ações de controlada indireta (nota 9.b)	-	-	-	-	(6.204)	(6.204)	(11.140)	(17.344)
Total da contribuição dos (distribuição aos) acionistas	-	-	-	-	(6.204)	(6.204)	(11.140)	(17.344)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	882.236	209.701	(110.237)	2.374	(263.858)	720.216	593.410	1.313.626

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Reserva de capital Incentivos fiscais	Ajuste acumulado de conversão	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total da par- ticipação dos acionistas controladores	Participação dos acio- nistas não- controladores	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	882.236	209.701	(110.237)	2.374	(263.858)	720.216	593.410	1.313.626
Custo atribuído reflexo de coligada	-	-	-	(3.395)	3.395	-	-	-
Resultado abrangente:								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	49.808	49.808	19.237	69.045
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	172	-	-	172	-	172
Reflexo de controladas e coligadas-								
Variação cambial de investimentos no exterior (nota 2.1)	-	-	(1.623)	-	-	(1.623)	(1.466)	(3.089)
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	-	-	-	4.539	-	4.539	4.040	8.579
Avaliação inicial em propriedades para investimentos	-	-	-	58.482	-	58.482	52.038	110.520
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total do resultado abrangente	-	-	(1.451)	63.021	49.808	111.378	73.849	185.227
Contribuição dos (distribuição aos) acionistas:								
Transações com ações de controlada indireta (nota 9.b)	-	-	-	-	(5.656)	(5.656)	(10.260)	(15.916)
Dividendos pagos em controladas	-	-	-	-	-	-	(941)	(941)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total da distribuição aos acionistas	-	-	-	-	(5.656)	(5.656)	(11.201)	(16.857)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	882.236	209.701	(111.688)	62.000	(216.311)	825.938	656.058	1.481.996
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	49.808	(140.823)	69.045	(144.475)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	29	1	85.304	89.196
Equivalência patrimonial - controladas	(35.055)	13.160	-	-
Equivalência patrimonial - coligadas	(25.142)	98.420	(25.142)	101.835
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	19.140
Varição do valor justo de propriedades para investimentos	(29.041)	-	(46.884)	-
Imposto de renda e contribuição social	6.911	-	(11.532)	(60.250)
Resultado na alienação do ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(18.682)	(5.199)
Variações monetárias	-	-	720	571
Variações cambiais	(730)	16.084	8.564	31.052
Juros, encargos e comissões	14.753	(2.783)	183.642	206.173
Provisões diversas	-	-	4.127	12.199
	<u>(18.467)</u>	<u>(15.941)</u>	<u>249.162</u>	<u>250.242</u>
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	-	-	(21.962)	(28.042)
Duplicatas a receber	-	-	(19.102)	(111.409)
Estoques	-	-	594	90.857
Adiantamentos a fornecedores	(6)	(49)	1.130	2.433
Fornecedores	70	26	29.950	41.244
Outros	(44.154)	4.235	(64.965)	(36.653)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(62.557)</u>	<u>(11.729)</u>	<u>174.807</u>	<u>208.672</u>
Juros pagos	(10.813)	(13.438)	(153.434)	(167.552)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(9.503)	(1.723)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	<u>(73.370)</u>	<u>(25.167)</u>	<u>11.870</u>	<u>39.397</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos permanentes	(2.632)	(91.812)	(18.599)	(109.204)
Aquisição de ativo imobilizado	(166)	-	(61.145)	(60.579)
Aquisição de intangível	-	-	(3.144)	(1.338)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	640	-	44.881	1.876
Recebimentos de dividendos	-	-	640	-
Empréstimos entre partes relacionadas	50.051	109.413	(26.903)	(28.488)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>47.893</u>	<u>17.601</u>	<u>(64.270)</u>	<u>(197.733)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	-	-	1	-
Ingresso de novos empréstimos	65.090	31.140	1.064.518	1.048.786
Liquidação de empréstimos	(39.494)	(23.758)	(1.019.837)	(884.772)
Pagamento de dividendos	-	-	(99)	-
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	25.596	7.382	44.583	164.014
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes caixa de controladas no exterior	-	-	(3.587)	(15.926)
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	119	(184)	(11.404)	(10.248)
	=====	=====	=====	=====
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	286	470	183.420	193.668
No fim do exercício	405	286	172.016	183.420
	-----	-----	-----	-----
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	119	(184)	(11.404)	(10.248)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	2.951.839	3.046.404
Provisão para perdas com créditos de clientes	-	-	(5.963)	(4.421)
Resultado na alienação de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	18.682	5.199
	-----	-----	-----	-----
	-	-	2.964.558	3.047.182
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(1.364.378)	(1.393.305)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.432)	(6.894)	(486.062)	(521.023)
Provisão para desvalorização de ativos	-	-	-	(19.140)
Variação do valor justo de propriedades para investimentos	29.041	-	46.884	-
	-----	-----	-----	-----
	15.609	(6.894)	(1.803.556)	(1.933.468)
VALOR ADICIONADO BRUTO	-----	-----	-----	-----
	15.609	(6.894)	1.161.002	1.113.714
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	(29)	(1)	(85.304)	(89.196)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	-----	-----	-----	-----
	15.580	(6.895)	1.075.698	1.024.518
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial - controladas	35.055	(13.160)	-	-
Equivalência patrimonial - coligadas	25.142	(98.420)	25.142	(101.835)
Receitas financeiras	22.816	27.343	33.042	34.509
Variação cambial ativa	8.103	12.112	14.236	5.359
Royalties	-	-	16.396	14.209
	-----	-----	-----	-----
	91.116	(72.125)	88.816	(47.758)
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	-----	-----	-----	-----
	106.696	(79.020)	1.164.514	976.760
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	3.923	4.322	522.424	523.685
Impostos, taxas e contribuições	12.829	7.289	245.418	220.953
Remuneração de capitais de terceiros	40.136	50.192	327.627	376.597
Remuneração de capitais próprios	49.808	(140.823)	69.045	(144.475)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	-----	-----	-----	-----
	106.696	(79.020)	1.164.514	976.760

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS (“Companhia”) é uma companhia aberta sediada em Montes Claros – MG e que tem por objeto social a produção e a comercialização de fios e tecidos em geral, importação e exportação, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais. As ações da Companhia são negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos “CTNM3” e “CTNM4”.

A Companhia é controladora da Springs Global Participações S.A. (“SGPSA”), que é controladora da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), companhias que concentram as atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela Companhia e pela Springs Industries, Inc. (“SI”) respectivamente. Em abril de 2009, a controlada SGPSA iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e, posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras, são operadas pela controlada indireta AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

A Companhia também é controladora da Oxford Comércio e Participações S.A., que é controladora da Companhia Tecidos Santanense (“CTS”), uma companhia aberta que tem por objeto social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos para o vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 28 de março de 2018.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária,

variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrentes das vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido, também demonstrado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada indireta SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Propriedades para investimentos--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e inclui os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes e, a partir de então, são avaliadas anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável e as variações decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do exercício.

(n) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos. A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
UHE - Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas.

Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Provisões diversas--É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(t) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial" quando incorridos.

(u) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(v) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(w) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(x) Demonstrações do Valor Adicionado ("DVA")--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(y) Acionistas controladores e não controladores--Nas demonstrações financeiras, "acionistas controladores" representam todos os acionistas da Companhia e "não controladores" representam a participação dos acionistas minoritários nas controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das seguintes empresas controladas:

	Participação direta e indireta no capital total - %	
	2017	2016
Coteminas International Ltd.	100,00	100,00
Coteminas (Sucursal Argentina)	100,00	100,00
Springs Global Participações S.A.	52,92	52,92
Oxford Comércio e Participações S.A.	63,37	63,37
Companhia Tecidos Santanense	56,51	56,51

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação. O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão". As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não controladores.

A controlada SGPSA, controladora da CSA, SGUS e AMMO, das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada Oxford Comércio e Participações S.A., controladora da CTS com 85,9% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento: 31 de dezembro	3,3080	3,2591	1,5%
Taxa média: 31 de dezembro (12 meses)	3,2031	3,4500	-7,2%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

Norma

Alterações à IAS 12 — Reconhecimento dos impostos diferidos ativos para perdas não realizadas

Iniciativa de divulgação (alterações à norma IAS 1)

Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2014-2016

A adoção destes novos pronunciamentos não gerou efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

- b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2017. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras.

CPC 48 (IFRS 9) - "Instrumentos Financeiros"

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39 (CPC 48), tendo como principais alterações: (i) novos critérios classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

CPC 06 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de

arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

Até a data da divulgação dessas demonstrações financeiras, os efeitos referentes à aplicação destes pronunciamentos não foram estimados e por esse motivo os impactos não estão sendo divulgados.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Operações compromissadas (*)	316	-	87.850	54.645
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	11.653	1.970
Depósitos no exterior	-	-	67.217	122.599
Depósitos em contas correntes	89	286	5.296	4.206
	-----	-----	-----	-----
	405	286	172.016	183.420
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2017	2016
Renda fixa no exterior	16.969	6.806
Fundo de investimento – (US\$)	45.056	37.026
Depósitos vinculados (US\$) (2)	63.819	62.057
Depósito restrito (1)	609	599
	-----	-----
	126.453	106.488
Circulante	(62.634)	(44.431)
	-----	-----
Não circulante	63.819	62.057
	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$184 mil (US\$184 mil em 31 de dezembro de 2016) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2017	2016
Cientes no mercado interno	482.334	477.167
Cientes no mercado externo	142.364	138.525
Operadoras de cartão de crédito	4.771	8.120
Partes relacionadas		
Mercado interno	2.113	2.111
Mercado externo	1.476	2.331
	-----	-----
	633.058	628.254
Provisão para devedores duvidosos	(41.882)	(35.865)
	-----	-----
	591.176	592.389
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 74 dias (71 dias em 31 de dezembro de 2016). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da Companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2017 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2017	2016
A vencer	519.955	513.600
Vencidas até 30 dias	34.628	28.513
Vencidas de 31 a 60 dias	5.490	7.163
Vencidas de 61 a 90 dias	4.058	4.944
Vencidas de 91 a 180 dias	2.617	13.262
Vencidas de 181 a 360 dias	7.499	5.966
Vencidas acima de 360 dias	58.811	54.806
	-----	-----
	633.058	628.254
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(35.865)	(38.567)
Adições	(6.898)	(5.143)
Baixas	937	7.039
Variação cambial	(56)	806
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(41.882)	(35.865)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2017	2016
Matéria-prima e secundários	117.866	147.139
Produtos em elaboração	165.673	165.541
Produtos acabados	280.117	251.623
Peças de reposição	62.314	66.712
	-----	-----
	625.970	631.015
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos da provisão para perdas que é, na avaliação da Administração, considerada suficiente para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados ou obsoletos.

A movimentação da provisão para perdas é como segue:

	2016	Adições	Baixas	Variação cambial	2017
Matéria-prima e secundários	(1.246)	-	702	-	(544)
Produtos acabados	(9.194)	-	5.196	161	(3.837)
Peças de reposição	(2.994)	-	530	(150)	(2.614)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(13.434)	-	6.428	11	(6.995)
	=====	=====	=====	=====	=====
	2015	Adições	Baixas	Variação cambial	2016
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	67	-	(1.246)
Produtos acabados	(10.243)	(2.783)	1.967	1.865	(9.194)
Peças de reposição	(1.465)	(1.548)	-	19	(2.994)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(13.021)	(4.331)	2.034	1.884	(13.434)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora e consolidado	
	2017	2016
Clientes em recuperação extra judicial (a)	17.500	21.545
Clientes em recuperação judicial (b)	2.091	-
Parcelamento de acordo com clientes (c)	211	-
Clientes em recuperação judicial (d)	1.549	-
Venda de imóvel (e)	17.480	-
Financiamento no repasse de lojas (f)	9.671	9.084
Aluguéis a receber	143	-
	-----	-----
	48.645	30.629
Circulante (*)	(11.257)	(6.341)
	-----	-----
Não circulante	37.388	24.288
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica de “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) Pagamento em 72 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI.

(b) Pagamento em 20 parcelas semestrais com carência de 42 meses para início de pagamento em março de 2020, com juros de 0,5% a.a. mais taxa referencial – TR.

(c) Pagamento em 19 parcelas mensais iguais.

(d) Pagamento em 12 parcelas anuais crescentes com correção de 2% a 3% ao ano.

(e) Pagamento em 59 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês.

(f) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

8. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a controlada indireta CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGP-M desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. Tal contrato, em que da matrícula de transferência do imóvel consta cláusula pró-solvendo, foi firmado com o Poder Executivo Municipal após autorização expressa do Poder Legislativo daquele Município. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit”. A controlada indireta CSA possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em 27 de outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada indireta CSA assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que irá abrigar o governo e as principais secretarias num único conjunto arquitetônico situado no imóvel da primeira fábrica da Companhia em Montes Claros. Os principais pontos do protocolo são: i) entrega de imóveis da Prefeitura, previamente selecionados, para pagamento dos recebíveis da CSA, os quais serão objeto de avaliação independente (estimado em 77% do valor total a ser recebido) mais a compensação de impostos municipais correntes e futuros (estimados em 23% do valor total a ser recebido) e ii) implantação pela CSA da primeira etapa de adequação do complexo em até 7 meses após a assinatura do contrato, com investimentos feitos pela CSA no valor de aproximadamente R\$10.477 que se incorporarão aos valores a serem pagos pela Prefeitura à CSA. A ratificação do protocolo deverá ser objeto de projeto de lei municipal a ser encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara.

A administração da CSA, baseada no parecer de seus advogados, no protocolo de intenções e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

a. Participação dos acionistas controladores:

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2017	2016	2017	2016
Investimentos em controladas:							
Springs Global Participações S.A.	1.149.507	52,92	21.043	608.265	541.396	11.135	(3.959)
Oxford Comércio e Participações S.A.	227.268	63,37	17.337	144.020	133.665	10.987	(1.540)
Tropical Agroparticipações S.A. (1)	158.995	100,00	12.437	158.995	-	12.437	-
Coteminas International Ltd.	8.376	100,00	92	8.376	8.120	92	(7.589)
Companhia Tecidos Santanense	262.641	2,07	19.944	5.437	5.122	413	(65)
Coteminas (Sucursal Argentina)	(53)	100,00	(9)	(53)	(52)	(9)	(7)
				-----	-----	-----	-----
Total de controladas				925.040	688.251	35.055	(13.160)
				=====	=====	-----	-----
Investimentos em coligadas (direto):							
Cantagalo General Grains S.A.	(225.308)	27,50	(93.889)	-	-	-	(55.776)
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	141.578	30,40	82.704	43.040	17.896	25.142	(42.644)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas				43.040	17.896	25.142	(98.420)
				-----	-----	-----	-----
Investimentos em coligadas (indireto):							
Cantagalo General Grains S.A.	(225.308)	1,68	(93.889)	-	-	-	(3.415)
				-----	-----	-----	-----
Total de coligadas – consolidado				43.040	17.896	25.142	(101.835)
				=====	=====	=====	=====

(1) Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou aporte de capital na controlada Tropical Agroparticipações S.A. Os ativos aportados referem-se ao acervo líquido da fazenda tropical descritos na nota explicativa nº 10.1 às demonstrações financeiras. Vide nota explicativa nº 28.b às demonstrações financeiras.

b. Participação dos acionistas não controladores nas controladas:

	Patri- mônio líquido	Partici- pação - %	Resultado do exercício	Participação dos acionistas não controladores			
				Nos patrimônios das controladas		Nos resultados das controladas	
				2017	2016	2017	2016
Springs Global Participações S.A.	1.166.587	47,08	21.043	541.242	481.740	9.908	(3.523)
Oxford Comércio e Participações S.A.	227.268	36,63	17.337	83.248	77.263	6.351	(890)
Companhia Tecidos Santanense	262.641	12,02	19.944	31.568	29.739	2.397	(380)
Springs Canada Holdings, LLC (*)	-	-	4.085	-	4.668	581	1.141
				-----	-----	-----	-----
Total dos acionistas não controladores				656.058	593.410	19.237	(3.652)
				=====	=====	=====	=====

(*) Nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2017, a controlada SGUS comprou ações do acionista minoritário da Springs Canada Holdings, aumentando a sua participação de 93,8% para 100,0%. As transações foram aprovadas por unanimidade pelo conselho de administração da Springs Canada Holdings. Em 30 de dezembro de 2017, a Springs Canada Holdings foi incorporada pela SGUS.

c. Informações complementares sobre os investimentos em coligadas:

	Cantagalo General Grains S.A. IAS 16 pleno (1.a) 2017	Cantagalo General Grains S.A. (1)		Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (2)	
		2017	2016	2017	2016
		Ativos circulantes	249.889	249.889	388.824
Ativos não circulantes	1.940.699	805.106	895.698	349.789	319.165
Total dos ativos	2.190.588	1.054.995	1.284.522	575.442	527.224
Passivos circulantes	554.576	554.576	648.015	226.952	275.207
Passivos não circulantes	1.060.116	783.318	776.338	185.531	174.493
Total dos passivos	1.614.692	1.337.894	1.424.353	412.483	449.700
Patrimônio líquido – Controladora	520.530	(225.308)	(125.795)	141.578	58.875
Receita líquida	83.699	83.699	2.629.201	635.038	505.730
Lucro (prejuízo) do exercício – Controladora	(93.889)	(93.889)	(330.453)	82.704	(140.276)

(1) Cantagalo General Grains S.A. -- A Cantagalo General Grains S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Magalhaes de Castro, 4.800, 11º andar, sala 2, cidade de São Paulo - SP, constituída em 25 de outubro de 2010 com o objetivo de cultivo de soja, milho, algodão e outros cereais; produção de sementes certificadas, produção de sementes em geral, mudas e outras formas de propagação vegetal certificadas; serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita; fabricação de fertilizantes; comércio nos mercados interno e externo (importação e exportação) de produtos agrícolas, especialmente grãos vegetais e seus derivados, de fertilizantes, suas matérias-primas e seus subprodutos, além de defensivos agrícolas entre outras atividades congêneres. Possui investimentos em controladas e controladas em conjunto, na Tropical Empreendimentos e Participações Ltda., Siqueira Empreendimentos e Participações Ltda., CGG Trading S.A. e Belarina Alimentos S.A.

(1.a) Aplicação plena do IAS 16 pela coligada -- Em 31 de dezembro de 2017, a coligada Cantagalo General Grains S.A. possuía patrimônio líquido devedor de R\$225.308, apurados contabilmente de acordo com o IFRS, IASB e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que não permitem a adoção plena do IAS 16 – Imobilizado, o qual prevê a possibilidade de avaliação dos ativos imobilizados a valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a coligada Cantagalo General Grains S.A. contava com um portfólio de 4 glebas de terras sob seu controle, sendo Fazenda Siqueira (Brasnorte - MT), Fazenda Tropical (Barra Grande do Ribeiro - PI), Fazenda Acreúna (Acreúna - GO) e Fazenda Maria da Cruz (Pedras de Maria da Cruz - MG).

A controlada da Cantagalo General Grains S.A., a CGG Trading S.A., na mesma data, possuía concessão para operação do terminal portuário Tegram localizado no porto de Itaqui – MA, cujos benefícios econômicos futuros desse investimento superam significativamente o seu preço de aquisição.

Conforme permitido pelo IAS 16 - Imobilizado, essa Coligada, por meio de consultoria independente e especializada em avaliação patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, apurou o valor de mercado das fazendas de sua propriedade e da concessão de operação portuária possuída por sua controlada, apurando um valor de R\$1.525.528, o que resulta em uma mais valia desses ativos de R\$1.176.068 quando comparados com os valores contábeis históricos, e um acréscimo em seu patrimônio líquido de R\$745.838, líquidos da provisão para impostos e deduzido a participação de acionistas minoritários (investidores diretos na CGG Trading S.A.).

Caso fosse aceita a aplicação plena do IAS 16 no Brasil, o efeito no patrimônio da coligada seria um acréscimo de R\$745.838 e, conseqüentemente, o investimento direto e indireto da Companhia nessa coligada seria de R\$151.891 (R\$143.146 no investimento direto e R\$8.745 no investimento indireto).

(2) Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira -- Possui sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, foi constituída em 12 de agosto de 1872 e é uma companhia de capital aberto que tem como objetivo social a indústria têxtil e atividades afins; confecções e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPIs, destinados a segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade e o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e de silvicultura, bem como a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica para consumo próprio, podendo, entretanto, comercializar o excedente de energia elétrica não utilizado.

10. PROPRIEDADES (IMOVEIS) PARA INVESTIMENTO

Os saldos consolidados das propriedades para investimento são conforme segue:

	Fazenda Tropical (1)		Imóveis para renda (2)	Imóveis para renda (3)	Total
	Imóveis para renda	Edifícios e instalações			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	131.517	12.411	50.000	-	193.928
Adições (baixas)	13.480	(125)	310	43.722	57.387
Avaliação inicial do valor justo (*)	-	-	-	167.454	167.454
Variação do valor justo (**)	21.384	(3.541)	29.041	-	46.884
	-----	-----	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2017	166.381	8.745	79.351	211.176	465.653
	=====	=====	=====	=====	=====

(*) Valores lançados em ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

(**) Valores lançados no resultado do exercício.

1) A Companhia, em outubro de 2016, adquiriu imóvel denominado Fazenda Tropical, localizada em Baixa Grande do Ribeiro, Piauí, com 26.949 hectares, de sua coligada Cantagalo General Grains pelo valor total de R\$143.928. Os valores a pagar e pagos foram os seguintes:

	Fazenda Tropical	
	2017	2016
Valor da compra	143.928	143.928
Valores pagos	(91.227)	(45.791)
Adição ao preço por condição contratual	10.800	-
Variação cambial parcela paga	(268)	(268)
Apropriação de juros	2.122	469
	-----	-----
Total	65.355	98.338
Circulante	(28.547)	(34.296)
	-----	-----
Não circulante	36.808	64.042
	=====	=====

O saldo a pagar inclui a transferência de um financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, ainda em andamento, a ser pago em 8 parcelas anuais no valor de R\$5.258, acrescidas de juros de 3,53% a.a. O financiamento possui garantia do próprio imóvel.

A Companhia obteve avaliação efetuada por especialista em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo do imóvel e, a diferença positiva entre o valor justo do imóvel em 2016 e o valor justo apurado em 2017, foi registrada no resultado, na rubrica de "Variação do valor justo de propriedades para investimentos". Os efeitos de impostos no valor de R\$6.066 estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

O Valor justo em 2017 foi apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercado Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Em 29 de dezembro de 2017 a controlada Tropical Agroparticipações S.A. foi constituída, e a Companhia utilizou esses ativos como aporte de capital. Vide nota explicativa nº 9.2 às

demonstrações financeiras.

2) A Companhia adquiriu em 2016, terreno na cidade de Montes Claros – MG, com 214 mil metros quadrados de sua Coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários. Esse terreno completa uma área contígua já de propriedade da Companhia, num total de 549 mil metros quadrados.

A Companhia obteve avaliação efetuada por especialista em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo do imóvel e, a diferença positiva entre o valor justo do imóvel em 2016 e o valor justo apurado em 2017, foi registrada no resultado, na rubrica de variação do valor justo de propriedades para investimentos”. Os efeitos de impostos no valor de R\$6.911 estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta CSA consolidou e deu início à implantação de projeto de locação segmentada de sua unidade fabril localizada em São Gonçalo do Amarante – RN, que foi desativada anteriormente. Como forma de implantação do projeto, ao longo do exercício a Companhia preparou e desocupou a área destinada à locação e já iniciou contratos de arrendamentos com grandes varejistas. Trata-se de um complexo de 247,3 mil m² onde 50,0 mil m² já foram arrendados e alguns outros contratos de arrendamento estão em andamento.

Com a destinação do imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico, diverso das operações têxteis da CSA, foram transferidos os valores residuais do imóvel e suas instalações, antes registrados como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos.

A controlada indireta CSA obteve avaliação efetuada por especialista em avaliações imobiliárias para determinação do valor justo do imóvel e, a diferença positiva entre o custo residual do imóvel e o valor justo apurado, líquido dos efeitos tributários, foi registrada em “Outros resultados abrangentes”, na categoria de itens que não afetarão o resultado.

Os valores apurados foram os seguintes:

	2017
Custo residual do imóvel:	
Terrenos e benfeitorias	3.894
Edifícios	22.887
Instalações	13.230
Projetos em andamento	3.711

Total do custo residual (i)	43.722
Mais valia apurada (ii)	167.454

Valor justo (iii) (iv)	211.176
	=====

(i) Valores transferidos da rubrica de imobilizado. Vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras.

(ii) Inclui imposto diferido passivo de R\$56.934. Vide nota explicativa nº 18.c às demonstrações financeiras.

(iii) Valor justo apurado conforme laudo de avaliação efetuado por Mercato Assessoria e Avaliações Ltda., avaliadores independentes, em consonância com a norma de avaliação de

bens NBR 14.653 expedida pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

(iv) Vide nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras.

Em 2017 os valores de receita por arrendamento foram de R\$1.748 e estão classificadas na demonstração do resultado na rubrica de “Outras, líquidas”.

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado:

Os saldos consolidados de ativos imobilizados são conforme segue:

	Taxa (i) %	2017			2016
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	2,4	38.320	(10.198)	28.122	35.452
Edifícios	2,7	417.669	(176.064)	241.605	269.931
Instalações	6,5	255.655	(178.659)	76.996	94.850
Máquinas e equipamentos	6,3	1.359.758	(980.155)	379.603	382.772
UHE - Porto Estrela (ii)	3,8	37.587	(16.590)	20.997	22.428
Usinas (CTS)	3,9	18.820	(9.513)	9.307	8.844
Móveis e utensílios	8,4	47.816	(34.778)	13.038	13.992
Veículos	20,0	14.774	(12.953)	1.821	2.068
Computadores e periféricos	15,6	60.367	(56.247)	4.120	4.252
Obras em andamento	-	32.342	-	32.342	59.262
Outros	9,4	145.014	(138.742)	6.272	7.449
		-----	-----	-----	-----
		2.428.122	(1.613.899)	814.223	901.300
		=====	=====	=====	=====

(i) - Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

(ii) - Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista a rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas concluíram que não há indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos consolidados de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	2016	Adições	Baixas	Transferências		Variação cambial	2017
				Entre contas e para o disponível para vendas	Para propriedades para investimentos		
Terrenos e benfeitorias	44.582	1.192	(2.714)	-	(4.203)	(537)	38.320
Edifícios	481.090	12	(32.571)	18.285	(48.148)	(999)	417.669
Instalações	284.895	258	(689)	6.155	(34.151)	(813)	255.655
Máquinas e equipamentos	1.335.694	16.158	(28.952)	38.412	(23)	(1.531)	1.359.758
UHE – Porto Estrela	37.584	3	-	-	-	-	37.587
Usinas (CTS)	17.807	1.016	(5)	2	-	-	18.820
Móveis e utensílios	47.436	858	(1.663)	1.086	-	99	47.816
Veículos	17.919	757	(3.832)	(81)	-	11	14.774
Computadores e periféricos	61.945	1.688	(3.221)	(726)	-	681	60.367
Obras em andamento	59.262	39.209	(14.088)	(48.081)	(3.711)	(249)	32.342
Outros	143.042	-	(33)	-	-	2.005	145.014
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.531.256	61.151	(87.768)	15.052	(90.236)	(1.333)	2.428.122
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2016	Adições	Baixas	Transferências		Variação cambial	2017
				entre contas e para o disponível para vendas	para propriedades para investimentos		
Terrenos e benfeitorias	(9.130)	(1.743)	668	-	-	7	(10.198)
Edifícios	(211.159)	(10.871)	27.777	(7.681)	25.261	609	(176.064)
Instalações	(190.045)	(10.358)	513	(58)	20.921	368	(178.659)
Máquinas e equipamentos	(952.922)	(53.137)	24.392	625	23	864	(980.155)
UHE – Porto Estrela	(15.156)	(1.434)	-	-	-	-	(16.590)
Usinas (CTS)	(8.963)	(553)	4	(1)	-	-	(9.513)
Móveis e utensílios	(33.444)	(2.234)	1.196	(161)	-	(135)	(34.778)
Veículos	(15.851)	(1.002)	3.643	277	-	(20)	(12.953)
Computadores e periféricos	(57.693)	(1.649)	2.810	991	-	(706)	(56.247)
Outros	(135.593)	(1.143)	-	-	-	(2.006)	(138.742)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.629.956)	(84.124)	61.003	(6.008)	46.205	(1.019)	(1.613.899)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Custo:

	2015	Adições	Baixas	Transferências entre contas e para o disponível para venda	Provisão para perdas com ativos	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	68.494	1.080	(6.083)	4.904	(21.963)	(1.850)	44.582
Edifícios	485.985	4.541	-	(1.962)	-	(7.474)	481.090
Instalações	284.545	472	(306)	3.540	(785)	(2.571)	284.895
Máquinas e equipamentos	1.333.726	13.924	(4.445)	16.078	(49)	(23.540)	1.335.694
UHE – Porto Estrela	37.552	32	-	-	-	-	37.584
Usinas (CTS)	17.236	560	(2)	13	-	-	17.807
Móveis e utensílios	52.732	1.370	(1.132)	631	(4.077)	(2.088)	47.436
Veículos	18.936	314	(241)	(7)	-	(1.083)	17.919
Computadores e periféricos	68.415	1.495	(570)	521	(354)	(7.562)	61.945
Obras em andamento	67.066	44.023	(1.837)	(49.584)	-	(406)	59.262
Outros	169.053	2	(334)	-	-	(25.679)	143.042
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.603.740	67.813	(14.950)	(25.866)	(27.228)	(72.253)	2.531.256
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2015	Adições	Baixas	Transferências entre contas e para o disponível para venda	Provisão para perdas com ativos	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	(23.278)	(5.985)	3.755	(760)	17.090	48	(9.130)
Edifícios	(207.107)	(10.808)	-	760	-	5.996	(211.159)
Instalações	(180.897)	(10.619)	212	(84)	380	963	(190.045)
Máquinas e equipamentos	(950.446)	(51.345)	3.514	25.749	20	19.586	(952.922)
UHE – Porto Estrela	(13.722)	(1.434)	-	-	-	-	(15.156)
Usinas (CTS)	(8.422)	(544)	2	1	-	-	(8.963)
Móveis e utensílios	(34.738)	(3.048)	730	(11)	1.809	1.814	(33.444)
Veículos	(16.092)	(989)	216	(2)	-	1.016	(15.851)
Computadores e periféricos	(63.931)	(2.022)	553	(5)	296	7.416	(57.693)
Outros	(160.036)	(1.336)	114	-	-	25.665	(135.593)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.658.669)	(88.130)	9.096	25.648	19.595	62.504	(1.629.956)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$33.731 (R\$49.235 em 31 de dezembro de 2016) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil. A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2016	Adições	Baixas	Transferências de/para o imobilizado	Variação cambial	2017
Custo	448.763	440	(52.105)	(16.153)	4.601	385.546
Depreciação	(357.329)	(1.058)	31.382	6.008	(3.974)	(324.971)
Provisão para perda	(42.199)	(73)	14.947	1.101	(620)	(26.844)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	49.235	(691)	(5.776)	(9.044)	7	33.731
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2015	Adições	Baixas	Transferências de/para o imobilizado	Variação cambial	2016
Custo	504.262	424	(1.901)	25.866	(79.888)	448.763
Depreciação	(395.310)	(1.066)	1.381	(25.647)	63.313	(357.329)
Provisão para perda	(49.820)	(872)	1.117	-	7.376	(42.199)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	59.132	(1.514)	597	219	(9.199)	49.235
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

12. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2017	2016
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	37.748	36.821
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	27.303
Marcas – próprias	16.339	16.334
Marcas – licença de uso (*)	9.157	11.373
Propriedade intelectual	3.139	-
Pontos comerciais (luvas)	21.101	24.136
Outros	18	20
	-----	-----
Total	114.805	115.987
	=====	=====

(*) Marcas - licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2017 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada indireta SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da controlada SGPSA referente à aquisição da AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	2016	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	2017
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	36.821	-	-	927	37.748
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.334	5	-	-	16.339
Marcas – licença de uso	11.373	-	(734)	(1.482)	9.157
Propriedade intelectual	-	3.139	-	-	3.139
Pontos comerciais (luvas)	24.136	(3.035)	-	-	21.101
Outros	20	(2)	-	-	18
Total	115.987	107	(734)	(555)	114.805

	2015	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	Provisão para desvalorização de ativos (*)	2016
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	43.929	-	-	(7.108)	-	36.821
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.307	27	-	-	-	16.334
Marcas – licença de uso	-	12.309	(337)	(599)	-	11.373
Pontos comerciais (luvas) (*)	39.643	(4.000)	-	-	(11.507)	24.136
Outros	22	(2)	-	-	-	20
Total	127.204	8.334	(337)	(7.707)	(11.507)	115.987

(*) Em 2016, a controlada indireta AMMO contabilizou provisão para desvalorização dos pontos comerciais. Em 2017, nova avaliação foi realizada e não foi identificada a necessidade de ajustes à provisão.

Os ativos intangíveis descritos acima (exceto “Marcas – licença de uso” e “Propriedade intelectual”) possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda deduzidos de provisão para desvalorização, baseado em seu valor de mercado determinado por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Venci- mento	Consolidado	
				2017	2016
Moeda nacional:					
		128,7 e 135,0 do CDI e			
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE) (a), (d)	R\$	11,2 + IRP	2021	410.348	398.904
Banco do Brasil S.A. (a)	R\$	157,8 do CDI	2018	81.945	82.124
Bradesco S.A.	R\$	4,42 e 4,54 + CDI	2018	20.228	31.437
Banco Votorantim S.A. (a)	R\$	100,0 e 115,0 do CDI	2018	81.461	41.730
Banco Santander S.A.	R\$	129,9 do CDI	2018	-	50.888
Banco Itaú BBA S.A. (e)	R\$	132,0 do CDI	2018	101.012	104.237
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB)	R\$	135,0 e 137,5 do CDI e CDI + 5,0	2018	22.430	22.739
Banco BBM S.A.	R\$	149,0 do CDI	2020	49.311	20.153
BDMG	R\$	7,3 + CDI	2019	17.731	16.632
Banco ABC Brasil S.A.	R\$	4,4 a 4,6 + CDI	2020	80.240	-
Banco Fibra – CCE	R\$	15,8	2019	13.775	-
Banco do Brasil S.A. CDC	R\$	9,9 a 10,6	2018	53.383	45.562
BNDES (Finame)	R\$	2,5 a 9,5	2023	6.531	9.385
Banco Santander S.A.	R\$	8,0	2017	-	14.603
Outros	R\$	-	2023	64	66
				-----	-----
				938.459	838.460
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	\$ARG	24,3 e 28,0	2019	30.047	19.574
Banco Frances	\$ARG	28,0	2018	2.797	3.159
Banco Rio – Cerrito	\$ARG	31,5	2018	2.898	-
Wells Fargo Bank, N.A. (b)	US\$ e CAD\$	2,9 a 5,0	2021	105.869	147.319
Banco Santander S.A.	US\$	6,4 e 7,3	2017	-	12.663
Banco do Brasil S.A.	US\$	6,8 e 6,9	2018	61.977	56.423
Banco Santander S.A. PPE (c)	US\$	89,0 a 118,8 do CDI	2020	170.956	102.740
JP Morgan	US\$	Libor + 0,85	2018	25.155	20.804
Banco Industrial do Brasil S.A. (a)	US\$	7,7	2021	27.144	32.985
				-----	-----
				426.843	395.667
				-----	-----
Total				1.365.302	1.234.127
Circulante				(706.598)	(626.086)
				-----	-----
Não circulante				658.704	608.041
				=====	=====

(a) Empréstimos mantidos em parte pela controladora.

(b) Linha de crédito rotativo com o Wells Fargo Bank, N.A. no valor de US\$60.000, com prazo de cinco anos. A linha de crédito rotativo limita determinadas atividades da SGUS como, vendas de ativos, distribuição a acionistas e a contratação de novos empréstimos. Substancialmente, os ativos da SGUS foram dados como garantia nos termos do contrato do empréstimo.

(c) Empréstimo com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$18.900 mil (vide nota explicativa nº 4). Empréstimos com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,5 vezes em 2017; 3,25 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato; e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes. Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram cumpridos.

(d) Inclui contratos repactuados pela controlada indireta CSA em novembro de 2016, no valor de R\$328.923 com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controlada SGPSA, na

condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram cumpridos.

(e) Vide nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros - MG, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia e seus controladores; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2018	2019	2020	2021 a 2023	Total
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (NCI/NCE)	82.330	109.246	109.329	109.443	410.348
Banco do Brasil S.A.	81.945	-	-	-	81.945
Bradesco S.A.	20.228	-	-	-	20.228
Banco Votorantim S.A.	81.461	-	-	-	81.461
Banco Itaú BBA S.A.	101.012	-	-	-	101.012
Bradesco S.A. (Capital de giro/CCB)	22.430	-	-	-	22.430
Banco BBM S.A.	17.367	16.666	15.278	-	49.311
BDMG S.A.	10.170	7.561	-	-	17.731
Banco ABC Brasil S.A.	24.112	30.968	25.160	-	80.240
Banco Fibra – CCE	9.750	4.025	-	-	13.775
Banco do Brasil S.A. CDC	53.383	-	-	-	53.383
BNDES (Finame)	2.756	2.084	802	889	6.531
Outros	51	8	5	-	64
	-----	-----	-----	-----	-----
	506.995	170.558	150.574	110.332	938.459
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	17.275	12.772	-	-	30.047
Banco Frances	2.797	-	-	-	2.797
Banco Rio – Cerrito	2.898	-	-	-	2.898
Wells Fargo Bank, N.A.	-	-	-	105.869	105.869
Banco do Brasil S.A.	61.977	-	-	-	61.977
Banco Santander S.A. PPE	82.205	59.938	28.813	-	170.956
JP Morgan	25.155	-	-	-	25.155
Banco Industrial do Brasil S.A.	7.296	6.616	6.616	6.616	27.144
	-----	-----	-----	-----	-----
	199.603	79.326	35.429	112.485	426.843
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	706.598	249.884	186.003	222.817	1.365.302
	=====	=====	=====	=====	=====

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	Empréstimos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.234.127	134.993	1.369.120
Novas captações ou renovações	1.014.518	50.000	1.064.518
Juros provisionados	142.206	10.139	152.345
Amortização de principal	(884.837)	(135.000)	(1.019.837)
Pagamento de juros	(142.244)	(11.190)	(153.434)
Variação cambial	1.019	-	1.019
Encargos antecipados, líquidos	513	(347)	166
	-----	-----	-----
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.365.302	48.595	1.413.897
	=====	=====	=====

14. DEBÊNTURES

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014, a controlada indireta CSA emitiu uma debênture não conversível em ações, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Gaia”), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida daquela controlada representada pela debênture, acrescido da remuneração da debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão. A debênture foi totalmente liquidada em seu vencimento, em 13 de junho de 2017.

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 12 de junho de 2017, a controlada indireta CSA emitiu novas debêntures não conversíveis em ações, com as características descritas abaixo, a qual, na mesma data, foi integralmente subscrita pela Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. (“Subscritora”). Posteriormente, a Subscritora alienou as Debêntures à Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Securitizadora”), com objetivo de vincular os recursos das debêntures à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA.

Características das Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	50.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização:	
Vencimento 1ª parcela - 25,00%	18/12/2018
Vencimento 2ª parcela - 8,33%	18/06/2019
Vencimento 3ª parcela - 16,67%	18/12/2019
Vencimento 4ª parcela - 50,00%	18/06/2020
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

Os recursos ingressaram naquela controlada na data da subscrição das debêntures. As despesas de emissão das debêntures e subsequentemente as despesas de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$1.977, equivalentes a 3,95% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos das debêntures, na proporção de seu saldo devedor.

Os saldos, em 31 de dezembro de 2017, eram assim compostos.

	Valor original	Encargos antecipados	Juros provisionados	Saldos em 2017	Saldos em 2016
Circulante	12.500	(635)	87	11.952	134.993
Não circulante	37.500	(857)	-	36.643	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	50.000	(1.492)	87	48.595	134.993
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada indireta CSA cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta CSA com a anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal

alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a SGPSA, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros); (ii) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (iii) razão entre EBITDA e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos acima estão previstos para todo o período do contrato e sua medição ocorre semestralmente a partir de dezembro de 2017. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram cumpridos.

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2017	2016
Mercado interno	80.145	51.452
Mercado externo	102.849	103.131
	-----	-----
	182.994	154.583
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de, aproximadamente 35 dias (29 dias em 31 de dezembro 2016).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada indireta CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
Prazo de concessão: 35 anos
Valor total da concessão: R\$333.310
Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.105	584.184	951.382
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2017, esse valor representava R\$62.257, sendo R\$19.473 classificados no passivo circulante e R\$42.784 classificados no passivo não circulante (R\$66.361, sendo R\$17.617 classificados no passivo circulante e R\$48.744 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2016).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2017, somam R\$20.997 (R\$22.428 em 31 de dezembro de 2016) (vide nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada indireta SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2017 foi de R\$39.824 (R\$42.125 em 2016). A controlada indireta SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2017 foi de R\$14.557 (R\$15.438 em 2016).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2018
-----	-----
2018	34.757
2019	31.218
2020	28.852
2021	29.061
2022	25.479

A partir de 2022, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$181.536.

Para o período de 2018 a 2025, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta SGUS é de R\$33.187.

A controlada indireta SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totaliza R\$21.018 (R\$21.767 em 31 de dezembro 2016), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$167.800 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 31 de dezembro de 2017 de 2016 está representado como segue:

	Nº de ações	
	2017	2016
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
	=====	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Todas as ações são nominativas e sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação; e (b) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas aos acionistas controladores alienantes, assegurando o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

20. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada indireta CSA, sediadas no Brasil (exceto a unidade de Blumenau – SC) e uma unidade da controlada indireta Companhia Tecidos Santanense, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais da Companhia e de suas unidades fabris estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão. Os incentivos federais tinham validade até 31 de dezembro de 2016 e os incentivos estaduais têm validade até 31 de dezembro de 2021.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado antes dos impostos	56.719	(140.823)	57.513	(204.725)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(60.197)	111.580	(25.142)	101.835
Receitas não tributadas	-	-	(56.317)	(45.477)
Outras, líquidas	529	868	(2.712)	(436)
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	(2.949)	(28.375)	(26.658)	(148.803)
Imposto de renda e contribuição social - 34%	1.003	9.647	9.064	50.593
Créditos fiscais não constituídos	(7.930)	(9.706)	2.890	10.563
Outros	16	59	(422)	(906)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(6.911)	-	11.532	60.250
	=====	=====	=====	=====
Imposto sobre o lucro – corrente	-	-	(4.892)	1.867
Imposto sobre o lucro – diferido	(6.911)	-	16.424	58.383
	=====	=====	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Reconhecidos no					2017
	2016	Resultado	Patrimônio líquido	Variação cambial	Outros	
Ativo:						
Prejuízo fiscal, líquido (Companhia) (p)	3.454	-	-	-	-	3.454
Diferenças temporais (Companhia) (p)	899	-	-	-	-	899
Diferenças temporais (Companhia Argentina) (a)	19	-	-	-	(3)	16
Diferenças temporais (CSA - Argentina) (1) (a)	1.482	-	-	-	(181)	1.301
Diferenças temporais (CSA – Brasil) (1) (p)	18.112	(409)	-	-	-	17.703
Prejuízo fiscal, líquido (CSA – Brasil) (1) (p)	27.368	409	-	-	-	27.777
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS – EUA) (2) (a)	54.583	27.458	-	929	607	83.577
Diferenças temporais (AMMO – Brasil) (a)	728	-	-	-	(197)	531
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO – Brasil) (a)	2.042	-	-	-	-	2.042
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA – Brasil) (a)	1.906	-	-	-	-	1.906
Diferenças temporais (Santanense) (3) (a)	4.214	1.316	-	-	-	5.530
Prejuízo fiscal, líquido (Santanense) (3) (a)	17.660	627	-	-	-	18.287
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	139.634	29.401	-	929	226	170.190
Passivo:						
Diferenças temporais (Companhia) (p)	(3.375)	-	-	-	-	(3.375)
Deságio em controlada (Companhia) (p)	(426)	-	-	-	-	(426)
Propriedades para investimentos (Companhia) (p)	-	(6.911)	-	-	-	(6.911)
Propriedades para investimentos (CSA – Brasil) (p)	-	-	(56.934)	-	-	(56.934)
Diferenças temporais (Oxford) (p)	(313)	-	-	-	95	(218)
Deságio em controlada (Oxford) (p)	(4.623)	-	-	-	-	(4.623)
Propriedades para investimentos (Tropical) (p)	-	(6.066)	-	-	-	(6.066)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(8.737)	(12.977)	(56.934)	-	95	(78.553)
Total de impostos diferidos, líquido	130.897	16.424	(56.934)	929	321	91.637
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Impostos diferidos no ativo não circulante (soma de a)	139.634	29.401	-	929	(56.790)	113.174
Impostos diferidos no passivo não circulante (soma de p)	(8.737)	(12.977)	(56.934)	-	57.111	(21.537)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía R\$160.840 em prejuízos fiscais (R\$148.001 em 31 de dezembro de 2016) e R\$174.677 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$161.663 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(1) Impostos diferidos da controlada indireta CSA:

A controlada indireta CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Controladora		Controlada Argentina	Consolidado
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais		
2018	6.965	(6.965)	1.301	1.301
2019	-	94	-	94
2020	-	3.237	-	3.237
2021	-	5.986	-	5.986
2022	-	7.244	-	7.244
2023	1.267	9.120	-	10.387
a partir de 2024	9.471	16.228	-	25.699
	-----	-----	-----	-----
	17.703	34.944	1.301	53.948
	=====	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a controlada indireta CSA possuía R\$639.730 em prejuízos fiscais (R\$611.503 em 31 de dezembro de 2016) e R\$645.983 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$617.531 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos (passivo):

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimentos, vide nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras, compensados os prejuízos fiscais ainda não reconhecidos que serão possíveis de compensação.

	2017
Valor justo	211.176
Total do custo residual	(43.722)

Mais valia apurada	167.454
Imposto de renda e contribuição social a pagar (34%)	56.934
	=====

(2) Impostos diferidos da controlada indireta SGUS:

A controlada indireta SGUS, com base em plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. A controlada indireta SGUS mantinha provisão integral dos créditos de ativos fiscais diferidos. Em 31 de dezembro de 2016, baseada na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais e no histórico de lucratividade dos últimos 3 anos, a controlada indireta SGUS concluiu que o valor de R\$54.583 era considerado realizável e reduziu a provisão nesse mesmo montante.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de impostos diferidos ativos é de R\$83.577 (R\$54.583 em 31 de dezembro de 2016), devido aos valores realizados durante o ano e a atualização das projeções futuras, incluindo o impacto da nova alíquota do imposto de renda nos Estados Unidos, resultando no reconhecimento adicional de R\$27.458. O efeito da variação cambial no exercício foi de R\$929.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da SGUS para os próximos 6 anos. Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos. A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Ano	Controlada SGUS
2018	14.101
2019	13.166
2020	14.659
2021	14.342
2022	13.587
2023 em diante	13.722

	83.577
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2018 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a controlada SGUS possui saldo de R\$598.367 em prejuízos fiscais (R\$795.755 em 31 de dezembro de 2016), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(3) Impostos diferidos da controlada indireta Santanense:

A Santanense, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da controlada, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos como segue:

Ano	Controladora e consolidado		Total
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais	
2018	-	2.417	2.417
2019	-	2.702	2.702
2020	-	3.025	3.025
2021	-	3.358	3.358
2022	-	3.703	3.703
2023 e 2024	5.530	3.082	8.612
	-----	-----	-----
	5.530	18.287	23.817
	=====	=====	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não têm prazo para prescrição.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	23.499	21.646
Imposto de renda e contribuição social Antecipados	2.196	2.671	27.339	30.747
PIS e COFINS a recuperar	8.211	8.210	19.531	9.375
IVA/ingressos brutos – Argentina	-	-	2.195	8.898
VAT – China e México	-	-	1.103	1.034
IPI a recuperar	-	-	1.612	92
Imposto sobre o lucro líquido – ILL	5.341	5.341	5.341	5.341
Outros impostos a recuperar	101	63	3.123	2.873
	-----	-----	-----	-----
	15.849	16.285	83.743	80.006
Ativo circulante	(2.232)	(2.672)	(35.485)	(39.313)
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	13.617	13.613	48.258	40.693
	=====	=====	=====	=====

21. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos, reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja perda foi estimada como possível, nos valores de R\$129.223, R\$19.190 e R\$4.627, respectivamente. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Processos fiscais:				
Contribuição social	-	-	791	791
CPMF	-	-	-	4.317
INSS	2.457	2.470	5.282	5.295
PIS e COFINS	938	1.250	4.203	4.511
IPI bandeira estrangeira	3.728	3.728	3.728	3.728
Outras	398	398	1.689	1.696
Trabalhistas	441	927	14.600	14.128
Cíveis e outras	6.061	3.745	9.072	6.522
	-----	-----	-----	-----
	14.023	12.518	39.365	40.988
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	20.481	25.202	42.547	52.776
	=====	=====	=====	=====

Contribuição social – A Companhia é pólo ativo em ação contra a Secretaria da Receita Federal para afastar a contribuição social sobre o lucro operacional de suas plantas sediadas na região da SUDENE. Em 2013, após sucessivas perdas, a Companhia encerrou o processo principal,

restando pendente apenas outras demandas de menor valor de suas controladas.

CPMF – A controlada SGPSA era pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro. Em 2017 o processo transitou em julgado com sentença desfavorável àquela controlada.

INSS – Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia e suas controladas indiretas CSA e CTS. As controladas indiretas CSA e CTS são polos ativos em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

PIS e COFINS – A Companhia e suas controladas são polo ativos em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

IPI Bandeira Estrangeira – A Companhia é polo ativo em ação judicial que visa contestar a incidência do IPI sobre a aquisição de aeronave através de leasing.

Trabalhistas – A Companhia e suas controladas são polos passivos em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A Companhia e sua controlada indireta CSA são polos ativos em ações judiciais contra a União questionando a legalidade da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Pedido de restituição e compensação (PERDCOMP) – A Companhia é polo ativo em ação de repetição de indébito que está questionando a aplicação retroativa da IN323/2005, que determina prazos para a entrega da PERDCOMP.

As movimentações de provisões diversas consolidadas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 2016	Adições	Baixas	Saldos em 2017
Processos fiscais:				
Contribuição social	791	-	-	791
CPMF	4.317	-	(4.317)	-
INSS	5.295	-	(13)	5.282
PIS e COFINS	4.511	4	(312)	4.203
IPI Bandeira Estrangeira	3.728	-	-	3.728
Outras	1.696	2	(9)	1.689
Trabalhistas	14.128	4.048	(3.576)	14.600
Cíveis e outras	6.522	2.912	(362)	9.072
	-----	-----	-----	-----
	40.988	6.966	(8.589)	39.365
	=====	=====	=====	=====

22. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada indireta SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada indireta SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada indireta SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada indireta SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada indireta SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada indireta SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada indireta SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada indireta SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	153.389	186.618
Custo do serviço	1.067	914
Custo dos juros	6.189	7.167
(Ganho) perda atuarial	(3.751)	4.023
Pagamento de benefícios	(12.761)	(14.614)
Redução	(652)	-
Variação cambial	2.000	(30.719)
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	145.481	153.389
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	42.962	47.042
Retorno sobre os ativos	6.323	3.543
Contribuições do empregador	8.869	11.689
Pagamento de benefícios	(12.761)	(14.614)
Variação cambial	725	(4.698)
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.118	42.962
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	99.363	110.427
	=====	=====

	2017	2016
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	3,45% a 3,60%	3,75% a 4,15%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	3,75% a 4,15%	4,00% a 4,50%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	1.067	914
Custo dos juros, líquido	3.832	4.496
	-----	-----
Custo líquido do benefício	4.899	5.410
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada indireta SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 63% em investimentos de renda variável e 37% a 55% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada indireta SGUS.

	2017	2016
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	22.243	20.374
Renda fixa	23.532	22.109
Caixa e equivalentes de caixa	343	479
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	46.118	42.962
	=====	=====

A controlada indireta SGUS espera contribuir R\$8.170 para os planos de benefício definido em 2018. Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2018	11.681
2019	11.400
2020	11.012
2021	10.692
2022	10.384
2023 – 2027	46.878

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2017	2016
Provisão para plano de pensão	99.363	110.427
Outras provisões de benefícios a funcionários	4.990	5.710
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	104.353	116.137
Circulante (a)	(8.817)	(10.127)
	-----	-----
Não circulante	95.536	106.010
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ATIVOS --				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	405	286	172.016	183.420
Títulos e valores mobiliários	-	-	62.634	44.431
Duplicatas a receber	-	-	591.176	592.389
Outros créditos a receber	378	252	36.717	42.616
NÃO CIRCULANTE:				
Realizável a longo prazo:				
Títulos e valores mobiliários	-	-	63.819	62.057
Partes relacionadas	179.746	136.590	119.779	88.856
Valores a receber de clientes	-	-	37.388	24.288
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	54.587	54.880
Outros créditos e valores a receber	2.060	2.061	18.527	13.770
PASSIVOS --				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	113.578	107.611	706.598	626.086
Debêntures	-	-	11.952	134.993
Fornecedores	124	58	182.994	154.583
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	7.202	6.304
Compra de imóvel para investimento	28.547	34.296	28.547	34.296
Concessões governamentais	-	-	19.473	17.617
Outras contas a pagar	9.716	12.174	52.217	66.071
NÃO CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos	19.848	-	658.704	608.041
Debêntures	-	-	36.643	-
Concessões governamentais	-	-	42.784	48.744
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	13.816	15.463
Partes relacionadas	200.801	113.250	2.072	1.632
Compra de imóvel para investimento	36.808	64.042	36.808	64.042
Outras obrigações	18.957	26.375	13.219	10.702

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados nas políticas e diretrizes da Companhia e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, não há operações em instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que

reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Investimentos em controladas	206.660	130.948
	-----	-----
Em milhares de Dólares equivalentes	62.473	40.179
	=====	=====

d.3.2 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e em suas controladas diretas e indiretas sediadas no Brasil:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras são como segue:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	11.653	1.971
Duplicatas a receber	62.743	55.275
Títulos e valores mobiliários	63.819	62.057
Fornecedores	(1.688)	(1.152)
Empréstimos e financiamentos	(260.077)	(204.722)
Partes relacionadas	1.394	54.412
	-----	-----
Total da exposição em Reais	122.156	(32.159)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	36.927	(9.867)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>Risco</u>	<u>Valor da exposição US\$ mil</u>	<u>Cenários</u>		
			<u>Provável</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
2018	Alta do Dólar	(23.372)	(3.485)	(23.685)	(43.885)
2019	Alta do Dólar	(20.063)	(4.507)	(22.227)	(39.946)
2020	Alta do Dólar	8.508	3.361	11.238	19.114
2021	Alta do Dólar	(2.000)	(1.600)	(3.654)	(5.708)
		-----	-----	-----	-----
		(36.927)	(6.231)	(38.328)	(70.425)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de

dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2017, a controlada indireta CSA registrou um ganho de R\$2.922 (em 2016 um ganho de R\$4.174)

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR e a juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 19. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos (exceto os demonstrados em d.5.1 e d.5.2) e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros--são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos exercícios de 2017 e 2016.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis pelos Certificados de Depósitos Bancários - CDI da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2017			2016	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	2.296	(1.650)	165.646	164.795
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	2.296	(1.819)	165.477	164.128
Contrato de empréstimo -- Juros: IRP + 11,20% Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: junho/2018	60.000	474	(360)	60.114	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: outubro/2018	19.230	62	(181)	19.111	-

Descrição	2017			2016	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	
Contrato de empréstimo -- Juros: 125,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2017	-	-	-	-	8.409
Contrato de empréstimo -- Juros: 131,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: maio/2017	-	-	-	-	11.478
Contrato de empréstimo -- Juros: 133,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: agosto/2017	-	-	-	-	22.178
Contrato de empréstimo -- Juros: 133,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: setembro/2017	-	-	-	-	20.021
Contrato de empréstimo -- Juros: 131,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCI Vencimento: abril/2017	-	-	-	-	7.895
(referência à nota explicativa nº 13)				410.348	398.904
Contrato de empréstimo -- Juros: 100,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2018	40.000	880	-	40.880	41.730
Contrato de empréstimo -- Juros: 115,0% do CDI Contraparte: Banco Votorantim S.A. Vencimento: março/2018	40.000	803	(222)	40.581	-
(referência à nota explicativa nº 13)				81.461	41.730
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2017	-	-	-	-	30.543
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2017	-	-	-	-	20.345
(referência à nota explicativa nº 13)				-	50.888
Contrato de empréstimo -- Juros: 132,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2018	100.000	1.012	-	101.012	104.237
(referência à nota explicativa nº 13)				101.012	104.237
Contrato de empréstimo -- Juros: 137,5% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: maio/2018	4.167	13	-	4.180	14.229
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Bradesco S.A. Vencimento: julho/2018	3.306	2	(43)	3.265	8.510

Descrição	2017			2016	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 5% Contraparte: Bradesco S.A. Vencimento: dezembro/2018	15.000	143	(158)	14.985	-
(referência à nota explicativa nº 13)				22.430	22.739
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: novembro/2020	48.610	701	-	49.311	20.153
(referência à nota explicativa nº 13)				49.311	20.153
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 7,3% Contraparte: BDMG S.A. Vencimento: novembro/2019	16.004	1.948	(221)	17.731	16.632
(referência à nota explicativa nº 13)				17.731	16.632
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2020	17.500	29	-	17.529	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,5% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2020	20.000	34	-	20.034	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,4% Contraparte: ABC do Brasil S.A. Vencimento: outubro/2020	22.500	104	-	22.604	-
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,6% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. Vencimento: setembro/2020	20.000	73	-	20.073	-
(referência à nota explicativa nº 13)				80.240	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: maio/2019	62.144	311	(246)	62.209	102.740
Contrato de empréstimo -- Juros: 103,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: fevereiro/2020	53.383	1.169	(445)	54.107	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 118,8% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: novembro/2020	55.147	239	(746)	54.640	-
(referência à nota explicativa nº 13)				170.956	102.740
Debêntures -- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2020	50.000	87	(1.492)	48.595	134.993
	976.991	12.676	(7.583)	982.084	893.016

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2018	Alta do CDI	900.430	61.779	84.183	99.635
2019	Alta do CDI	444.146	33.860	60.015	71.881
2020	Alta do CDI	243.191	17.467	38.051	45.748
2021	Alta do CDI	80.639	5.569	11.621	14.011
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano. O cenário "Provável" representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte. O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.451.006	745.683	476.781	228.502	40
Debêntures	55.459	15.567	39.892	-	-
Fornecedores	182.994	182.994	-	-	-
Partes relacionadas	2.073	-	2.073	-	-
	1.691.532	944.244	518.746	228.502	40
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos	133.606	107.611	1.365.302	1.234.127
Debêntures	-	-	48.595	134.993
Caixa e equivalentes de caixa	(405)	(286)	(172.016)	(183.420)
Títulos e valores mobiliários	-	-	(126.453)	(106.488)
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida	133.201	107.325	1.115.428	1.079.212
	-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido	825.938	720.216	1.481.996	1.313.626
	-----	-----	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	959.139	827.541	2.597.424	2.392.838
	=====	=====	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas separadamente em cada controlada direta e indireta, a Companhia e suas controladas concluíram que possuem três segmentos operacionais.

A controlada SGPSA possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de "Atacado", pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A controlada indireta AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento "Varejo", pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

A controlada indireta CTS possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos ("Brins") utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

Abaixo a Companhia apresenta as informações por segmento (expressas em milhões de Reais):

	2017						
	América do Sul				América do Norte	(*) Outras não	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado	alocáveis	
Receita operacional líquida	1.235,5	252,8	418,5	1.906,8	784,6	(113,6)	2.577,8
Custo dos produtos vendidos	(913,9)	(123,2)	(326,3)	(1.363,4)	(658,2)	113,6	(1.908,0)
Lucro bruto	321,6	129,6	92,2	543,4	126,4	-	669,8
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(217,1)	(127,4)	(56,5)	(401,0)	(66,5)	(18,3)	(485,8)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	25,1	25,1
Variação do valor justo de propriedades para investimentos	-	-	-	-	-	46,9	46,9
Outras, líquidas	8,7	(1,1)	0,7	8,3	11,0	(3,9)	15,4
Resultado operacional	113,2	1,1	36,4	150,7	70,9	49,8	271,4
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(213,9)	(213,9)
Resultado antes dos impostos	113,2	1,1	36,4	150,7	70,9	(164,1)	57,5
Depreciação e amortização	67,0	3,9	11,4	82,3	2,8	0,2	85,3
Total de ativos	2.281,8	139,7	514,0	2.935,5	502,7	105,7	3.543,9
Total de passivos	(1.256,9)	(104,3)	(251,4)	(1.612,6)	(352,7)	(96,6)	(2.061,9)
Total de ativos (passivos) líquidos	1.024,9	35,4	262,6	1.322,9	150,0	9,1	1.482,0
	2016						
	América do Sul				América do Norte	(*) Outras não	Total
	Atacado	Varejo	Brins	Total	Atacado	alocáveis	
Receita operacional líquida	1.156,3	252,1	376,6	1.785,0	965,2	(91,4)	2.658,8
Custo dos produtos vendidos	(830,2)	(121,5)	(315,1)	(1.266,8)	(802,9)	91,4	(1.978,3)
Lucro bruto	326,1	130,6	61,5	518,2	162,3	-	680,5
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(201,0)	(141,7)	(53,6)	(396,3)	(79,8)	(20,3)	(496,4)
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(101,8)	(101,8)
Outras, líquidas	(8,5)	0,1	(2,9)	(11,3)	3,5	(1,2)	(9,0)
Resultado operacional	116,6	(11,0)	5,0	110,6	86,0	(123,3)	73,3
Provisão para desvalorização de ativos	-	(19,1)	-	(19,1)	-	-	(19,1)
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	(258,9)	(258,9)
Resultado antes dos impostos	116,6	(30,1)	5,0	91,5	86,0	(382,2)	(204,7)
Depreciação e amortização	65,1	9,6	11,5	86,2	3,0	-	89,2
Total de ativos	2.080,0	143,1	436,0	2.659,1	477,8	202,0	3.338,9
Total de passivos	(1.128,1)	(96,6)	(188,6)	(1.413,3)	(417,9)	(194,1)	(2.025,3)
Total de ativos (passivos) líquidos	951,9	46,5	247,4	1.245,8	59,9	7,9	1.313,6

(*) Referem-se a despesas da Companhia (controladora) e de controladas não operacionais, equivalência patrimonial de coligadas e resultado financeiro não alocável.

As controladas da Companhia, em suas análises sobre o desempenho de vendas, classificam seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo. Informações de venda por categoria ou linha de produtos:

	Consolidado	
	2017	2016
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	987,0	1.023,6
Utility bedding	669,0	775,5
Produtos intermediários	669,0	607,6
Varejo	252,8	252,1
	-----	-----
	2.577,8	2.658,8
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	31,5	32,8
Utility bedding	44,6	46,3
Produtos intermediários	42,8	43,8
	-----	-----
	118,9	122,9
	=====	=====

A Companhia e suas controladas possuem mais de 13.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2017 e apenas um cliente concentra vendas que representam aproximadamente 10% das vendas líquidas.

25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2017	2016
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos	(1.632.068)	(1.591.242)
Benefícios a empregados	(522.424)	(523.685)
INSS	(61.350)	(46.240)
Depreciação e amortização	(85.304)	(89.196)
Varição dos estoques de produtos acabados e em processo	5.725	(81.165)
Varição cambial nos estoques de controlada no exterior	(1.127)	(29.229)
Outros custos e despesas	(97.184)	(114.014)
	-----	-----
Total das despesas por natureza	(2.393.732)	(2.474.771)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2017	2016
Custo dos produtos vendidos	(1.907.973)	(1.978.334)
Vendas	(306.200)	(312.722)
Gerais e administrativas	(164.310)	(169.218)
Honorários da administração	(15.249)	(14.497)
	-----	-----
Total das despesas por função	(2.393.732)	(2.474.771)
	=====	=====

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2017	2016
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	3.143.074	3.249.830
Deduções das vendas	(565.346)	(590.980)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.577.728	2.658.850
	=====	=====

27. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O cálculo do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação foi calculado como segue:

	2017	2016
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	49.808	(140.823)
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	13.912.800	13.912.800
Preferenciais	16.723.657	16.723.657
	-----	-----
	30.636.457	30.636.457
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	1,6258	(4,5966)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

a) Em 19 de fevereiro de 2018, a controlada indireta CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente integralizadas.

Características da 4ª Emissão de Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	150.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais
Vencimento 1ª parcela	19/05/2018
Vencimento 12ª parcela	19/02/2021
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)
Destinação dos recursos	(3)

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da CSA, referidos na nota explicativa nº 10.3 às demonstrações financeiras, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de alugueis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A. e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia não possui compromisso pela manutenção de índices financeiros.

(3) Parte dos recursos serão destinados obrigatoriamente para pagamento integral do financiamento junto ao Banco Itaú BBA S.A. (vide nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras) e o saldo para reforço de capital de giro.

b) Em 28 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a alienação da totalidade das ações representativas do capital social de sua controlada Tropical Agroparticipações S.A., cujo patrimônio é representado pela Fazenda Tropical, constituída por 31.435,70 hectares. A alienação ainda não ocorreu e está sujeita que a administração adote providências necessárias à eventual celebração de contrato de compra e venda.

* * * * *



Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, v, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício de 2017, emitido nesta data, em atendimento ao inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 28 de março de 2018.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

João Batista da Cunha Bomfim
Diretor de Relações com Investidores



Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 3130003731-2

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 25, vi, da Instrução CVM 480/09, segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2017, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 28 de março de 2018.

Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

João Batista da Cunha Bomfim
Diretor de Relações com Investidores



Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

Membros do Conselho de Administração

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA - Presidente
JORGE KALACHE FILHO – Conselheiro Independente
JOÃO GUSTAVO REBELLO DE PAULA
RICARDO DOS SANTOS JUNIOR
RICARDO ANTONIO WEISS – Conselheiro Independente
JOÃO BATISTA DA CUNHA BOMFIM
ADELMO PÉRCOPE GONÇALVES

Membros da Diretoria Executiva

JOSUÉ CHRISTIANO GOMES DA SILVA - Presidente
JOÃO BATISTA DA CUNHA BOMFIM – Diretor e de Relações com Investidores

Membros efetivos do Conselho Fiscal

CÉSAR PEREIRA VANUCCI
JOÃO MARTINEZ FORTES JUNIOR
NORTON ANTONIO FAGUNDES REIS



COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS
CNPJ (MF) 22.677.520/0001-76 - NIRE Nº 3130003731-2
COMPANHIA ABERTA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após terem examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, tendo em vista o parecer sem ressalvas da BDO RCS Auditores Independentes, opinam favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos para a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, a realizar-se até o dia 30 de abril próximo.

São Paulo-SP, 28 de março de 2017.

César Pereira Vanucci

Norton Antonio Fagundes Reis

João Martinez Fortes Júnior